AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 09 | SETEMBRO 2017 | R$ 15,00



ANUFOOD

BRASIL RECEBERÁ VERSÃO DA MAIOR FEIRA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO MUNDO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

CONJUNTURA ECONÔMICA BRASIL MAIS ATRATIVO AOS INVESTIDORES INTERNACIONAIS

MILHO TRAVAR PREÇO PODE GARANTIR RESULTADO POSITIVO

SAFRA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO RECORDES DESAFIAM INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

BRASIL SEDIARÁ VERSÃO DA MAIOR FEIRA DE ALIMENTOS DO MUNDO

NESTE MÊS, a ***Agroanalysis*** entrevista Gerald Böse, presidente e diretor executivo da Koelnmesse GmbH, que acaba de anunciar oficialmente a realização da ANUFOOD Brazil, nova feira de negócios, que acontecerá entre os dias 12 e 14 de março de 2019, no São Paulo Expo. O evento, inédito no Brasil, será totalmente dedicado ao setor de alimentos e bebidas em geral e terá como base a tradição e o modelo bem-sucedido da Anuga, a maior feira de alimentos do mundo, realizada em Colônia, na Alemanha. A ANUFOOD será realizada em parceria com a FGV Projetos, unidade de assessoria técnica da Fundação Getulio Vargas.

Na economia brasileira, após a correção de rumo gerada na política monetária por parte do Banco Central, a inflação cedeu. A sinalização é de um resultado no ano inferior ao centro da meta estabelecido de 4,5%. Tudo indica que o cenário favorável de inflação prevalecerá em 2018. Do lado da atividade econômica, os indicadores apontam crescentemente uma acomodação. Assim, a retração no Produto Interno Bruto (PIB) verificada nos últimos anos não deverá repetir-se em 2017. Uma possível retomada, ainda que em bases moderadas, pode ser esperada para o ano que vem.

A grande questão enfrentada pelo governo Temer reside no campo fiscal. O resultado das contas públicas no curto prazo segue ruim. Após a aprovação das emendas de desvinculação das receitas da União e do teto dos gastos públicos e as mudanças na área trabalhista, o governo movia-se na direção de promover uma reforma tributária e uma previdenciária. As denúncias, com o envolvimento direto do presidente da República, enfraqueceram as ações do governo para levar adiate esse processo.

Apesar de todas as turbulências pelas quais a economia brasileira passa neste momento, o risco-país caiu para o nível de janeiro de 2015, o dólar opera em um patamar considerado baixo – entre R$ 3,10 e R$ 3,20 –, e as cotações das *commodities* (com exceção das agrícolas) têm operado em um nível bem acima daquele observado, por exemplo, nesses mesmos meses do ano passado. Por trás desse cenário, não há exatamente um otimismo com relação à economia mundial, mas um conjunto mais limitado de opções que oferecem boa rentabilidade aos investidores: além de um excesso de dólar no mercado internacional, os ativos financeiros mais tradicionais (em especial os títulos públicos de economias avançadas) estão oferecendo um retorno muito baixo. Essa conjuntura "força" os investidores que buscam uma rentabilidade maior a aceitarem riscos maiores. Sem dúvida alguma, tal conjuntura é favorável à economia brasileira. Todavia, esse cenário é passageiro, e rapidamente a conjuntura pode se reverter.

Há um consenso de que o Estado é importante e pode ser determinante para o bom ou o mau desempenho setorial. A divisão de opiniões é quanto ao seu papel, à sua forma de participação e aos seus limites. Com foco na agropecuária, um trabalho da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) mostra que há necessidade de uma rediscussão sobre o Programa Agropecuária Sustentável (PAS). Nos últimos três anos, os recursos empregados na formação e na operação dos estoques públicos não apenas foram menores

do que o gasto na estrutura para executar essa política agrícola, mas também as trajetórias foram diferentes: enquanto o gasto com formação de estoques reduziu, o de operação aumentou 439%.

De qualquer forma, na safra 2016/17 observamos o avanço sem precedentes da produção de soja e milho no Brasil. Com um recorde absoluto, a produção, pela primeira vez na história, chega a 211 milhões de toneladas. Os dados são da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com isso, os embarques destes dois produtos deverão ficar à beira de 95 milhões de toneladas. Nesse contexto, a maior participação dos portos do Arco Norte passa a ser fundamental para desobstruir o fluxo de transporte rodoviário do cereal das áreas de produção às zonas de embarque. O grande gargalo continua a ser a BR-163, segundo o que aponta a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC). No milho, por exemplo, o deslanche das exportações será decisivo para a recuperação e a sustentação de seus preços no mercado interno neste segundo semestre.

Em dezembro próximo, ocorrerá a 11ª reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires, na Argentina. A expectativa é de avançarmos nos temas a favor da abertura comercial. A participação do Brasil, como líder na produção e na exportação, é essencial em qualquer negociação comercial agrícola.

O Caderno Especial da ***Agroanalysis*** apresenta a cadeia produtiva de cacau, que mostra recuperação neste ano tanto na produção da matéria-prima, como no esmagamento industrial. Em 2016, a lavoura teve uma dramática queda, em decorrência de uma longa estiagem no estado da Bahia, o maior produtor nacional. Normalmente, o Brasil importa um quarto do seu consumo. Para reverter esse quadro deficitário, a Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), junto com o Governo, entidades coirmãs e organizações não governamentais, promove uma série de inciativas para o Brasil voltar a ser autossuficiente no produto. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
GERALD BÖSE
ANUFOOD DESEMBARCA NO BRASIL

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
QUESTÕES FISCAIS

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 CAPA MAIOR APETITE PELO RISCO
BONANÇA EM MEIO À TEMPESTADE?

20 CAPA MILHO NA SAFRA 2017/18
MELHORES RESULTADOS ECONÔMICOS

22 PECUÁRIA DE LEITE
O AVANÇO DO SUL

24 FINANCIAMENTO AGRÍCOLA
O CAIXA É REI

27 CONTEÚDO ESPECIAL

27 CAPA ANEC
MARCA DE RECORDES

31 AIPC
APOSTA NA RETOMADA DO CACAU

36 FARSUL
POLÍTICA AGRÍCOLA NÃO INTERESSA À AGRICULTURA

43 B3
FONTE ALTERNATIVA PARA O AGRONEGÓCIO

45 ANDEF
CHAVE DE SUCESSO PARA O AGRONEGÓCIO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
ANUGA EM CASA

47 PRODUZIR
QUAL DIREITO AGRÁRIO?

48 OPINIÃO
CÓDIGO FLORESTAL JÁ!

49 REFLEXÃO
MUDAR!

50 ESTATÍSTICA

ANUFOOD DESEMBARCA NO BRASIL

GERALD BÖSE

PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO DA KOELNMESSE GmbH

DA REDAÇÃO

A Koelnmesse anunciou oficialmente a realização da ANUFOOD Brazil - powered by Anuga, nova feira de negócios que acontecerá entre os dias 12 e 14 de março de 2019, no São Paulo Expo. Inédito no Brasil, o acontecimento é totalmente dedicado ao setor de alimentos e bebidas em geral. Para Gerald Böse, CEO e presidente da Koelnmesse GmbH, "a ANUFOOD será uma nova feira desenvolvida por um organizador de renome mundial, que dará às indústrias brasileiras de alimentos e bebidas a oportunidade de demonstrar a qualidade de seus produtos para o resto do mundo". O evento será realizado em parceria com a FGV Projetos, unidade de assessoria técnica da Fundação Getulio Vargas (FGV).



AGROANALYSIS: QUAIS MOTIVOS LEVARAM A KOELNMESSE A MONTAR A ANUFOOD NO BRASIL?

GERALD BÖSE: Somos uma empresa alemã organizadora de eventos com operações nos quatro cantos do mundo. Confiamos muito no Brasil. Além de crescerem de modo sustentável, a agricultura e a indústria alimentícia brasileira possuem grande potencial para continuarem em expansão. Como muitas outras empresas alemãs em operação nesse mercado, acreditamos na capacidade econômica do País para superar com sucesso os desafios atuais e recuperar a sua antiga força.

Em 2014, já montamos a ANUTEC BRAZIL. Este foi o nosso primeiro evento na área de processamento de alimentos no Brasil. Desde então, mantivemos e estreitamos contato com essa indústria. As suas principais associações chamaram

a nossa atenção quanto à necessidade de se montar aqui uma feira exclusivamente dedicada a ela. Então, planejamos o lançamento da ANUFOOD Brazil para 2019.

EXISTEM EXPECTATIVAS POR PARTE DOS REPRESENTANTES DAS CADEIAS DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO COM RELAÇÃO AO EVENTO?

GB: Sabemos que a indústria precisa forçar a união entre os principais produtores de alimentos frescos e processados e os diversos distribuidores, de grande diversificação entre si. Faz parte do nosso objetivo trabalharmos em parceria com a indústria no sentido de unir os principais fornecedores e compradores do segmento de B2B (*business-to-business*).

Nesse ambiente, indústria, distribuidor, importador ou revenda comercializam seus produtos com outras empresas. O foco inicial será em cima de produtos e produtores do Brasil e da América do Sul. Com relação ao público visitante, pretendemos atrair compradores internacionais importantes, além de importadores e representantes dos diversos níveis de distribuição da indústria alimentícia brasileira.

> “O MODELO É SEMELHANTE AOS FORMATOS DAS PRINCIPAIS FEIRAS REALIZADAS NO EXTERIOR, COMO A ANUGA, EM COLÔNIA, NA ALEMANHA.”

EM TERMOS DE ESCOPO, FORMA E CONTEÚDO, O QUE SIGNIFICA UMA FEIRA INDEPENDENTE E EXCLUSIVA?

GB: Diferentemente dos formatos de feiras anteriores no Brasil, a ANUFOOD Brazil pretende apresentar todos os segmentos da indústria alimentícia. O conceito não estará focado nos visitantes, mas sim nos expositores. Pelas nossas análises, os compradores querem esse tipo de feira no Brasil. O modelo é semelhante aos formatos das principais feiras realizadas no exterior, como a Anuga, em Colônia, na Alemanha.

Como feira independente e exclusiva, a ANUFOOD não representa os interesses de um único expositor ou um público-alvo específico. Na verdade, a proposta da nossa linha de conduta é a de sermos uma empresa organizadora de eventos neutra e profissional. Assim, concentramos os nossos esforços no desenvolvimento dos negócios dos expositores e dos visitantes interessados.

COMO PREPARAR OS PEQUENOS EXPOSITORES SEM EXPERIÊNCIA EM FEIRAS NO ATENDIMENTO DE VISITANTES INTERNACIONAIS?

GB: Deveremos oferecer uma plataforma internacional para que as indústrias alimentícias brasileira e de outros países latino-americanos tenham acesso ao mercado global. O suporte disso será a rede de Competência Mundial em Alimentos e Tecnologia Alimentar da Koelnmesse. A realização desse evento no Brasil permitirá, também, a entrada de pequenos expositores sem experiência, mas com apresentações profissionais, em uma feira internacional. Não haverá necessidade de se fazerem viagens longas, se realizarem grandes investimentos e se assumirem riscos enormes.

Na verdade, ficaremos felizes em apoiar a participação dos novatos em feiras. Daremos ajudas individuais no planejamento de suas exposições e nos primeiros contatos com os visitantes. Todos os expositores devem estar preparados para receber compradores internacionais e importadores entre os visitantes da feira. A ANUFOOD Brazil

> “A REALIZAÇÃO DESSE EVENTO NO BRASIL PERMITIRÁ, TAMBÉM, A ENTRADA DE PEQUENOS EXPOSITORES SEM EXPERIÊNCIA, MAS COM APRESENTAÇÕES PROFISSIONAIS, EM UMA FEIRA INTERNACIONAL.”

oferecerá aos compradores do Brasil e do exterior uma oportunidade completa de aquisições. Eles terão acesso eficiente e concentrado a produtos importantes para o mercado e fornecedores do Brasil e da América do Sul.

COMO VEÍCULO DE INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO MERCADO MUNDIAL, O EVENTO PODE ESCLARECER SOBRE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E DE TARIFAS COMERCIAIS?

GB: Como uma empresa organizadora de eventos com reputação mundial, não temos dúvida dos benefícios proporcionados por essa nova feira organizada pela Koelnmesse. A indústria alimentícia brasileira terá uma oportunidade ímpar para mostrar aos visitantes do mundo a alta qualidade e o desempenho de seus produtos.

Efetivamente, com a nossa dedicação e o comprometimento da indústria alimentícia, juntamente à parceria estabelecida com a FGV, esperamos avançar nesse diálogo político no Brasil e no mundo. Com isso, contribuímos para as mudanças benéficas no médio e no longo prazos.

PODEMOS ESPERAR O ACESSO DAS AGÊNCIAS LOCAIS ÀS TENDÊNCIAS E ÀS INOVAÇÕES DOS MERCADOS MAIS AVANÇADOS?

GB: De forma clara, sim. A rede de Competência Mundial em Alimentos e Tecnologia Alimentar da Koelnmesse desempenhará um grande papel nesse sentido. Na ANUFOOD Brazil, em conjunto com os nossos parceiros de pesquisas regionais e mundiais, apresentaremos ao mundo as muitas questões relacionadas a inovações e tendências na indústria alimentícia. De maneira básica, faremos isso por meio de uma série de conferências e palestras, com apresentação de alguns shows especialmente selecionados.

O MODELO DE DISTRIBUIÇÃO VAREJISTA DO BRASIL É BEM FRAGMENTADO E DIFERENTE DOS DA EUROPA E DA AMÉRICA DO NORTE. COMO MINIMIZAR ESTA DIFERENÇA?

GB: Na Alemanha, costumamos dizer com frequência, em nosso cotidiano, que ‘as feiras são reflexos do mercado’. Nessa linha de pensamento, acreditamos na força e na capacidade da ANUFOOD Brazil para tornar transparentes aos novos participantes do mercado os diversificados canais de distribuição. Consequentemente, isso dará a estes agentes a oportunidade de começarem um processo natural de realização e adaptação às inovações.

ESSA PARCERIA COM A FGV VISA PROMOVER A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E O TREINAMENTO DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NA ANUFOOD BRAZIL?

GB: A ideia é exatamente seguir nessa orientação. À FGV caberá uma atribuição fundamental na criação do conteúdo das conferências e dos seminários. Com seu *know-how*, a instituição poderá contribuir para o entendimento de mercado e o fortalecimento da indústria alimentícia voltada para exportação. Essa massa crítica é muito bem-vinda e multiplicadora de negócios.

TEMOS AS QUESTÕES LIGADAS À COBERTURA GEOGRÁFICA E DE INFRAESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO?

GB: Ratificamos que focaremos em expositores do Brasil e dos países vizinhos na América do Sul. Quanto aos visitantes, esperamos constatar a participação de importantes compradores de diferentes locais do mundo, além dos grupos compradores mais importantes do Brasil e de países vizinhos.

Faremos a ANUFOOD Brazil num pavilhão de exposições em São Paulo. Trata-se de um complexo de feiras e conferências que oferece as melhores condições para o sucesso do lançamento da nossa nova feira de alimentos. O São Paulo Expo é o melhor pavilhão de exposições disponível atualmente no Brasil para o nosso conceito de evento.

PODEMOS TRAÇAR UMA EXPECTATIVA ANTECIPADA DE NEGÓCIOS?

GB: Como prestadores de serviços profissionais para a indústria de alimentos, daremos, a princípio, uma resposta sincera: não é possível prever isso. Mas, como perspectiva de faturamento, temos a convicção do enorme potencial existente aqui. De início, como pressuposto, partimos do fato de os expositores e os visitantes usarem regularmente as nossas plataformas de eventos. Isso é praticado com sucesso ao redor mundo para fazer negócios. Assim, acreditamos que satisfaremos plenamente os clientes com os resultados de sua participação. ■

> “NA ALEMANHA, COSTUMAMOS DIZER COM FREQUÊNCIA, EM NOSSO COTIDIANO, QUE ‘AS FEIRAS SÃO REFLEXOS DO MERCADO’.”



FRASES & COMENTÁRIOS

"Estamos felizes que a negociação entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia esteja em andamento depois de tanto tempo. A Europa é um parceiro prioritário, mas precisamos incluir os produtos que interessam ao Brasil."

LÍGIA DUTRA, superintendente de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sobre a possibilidade de negociações entre os dois blocos até dezembro próximo

"Os produtores carregam débitos porque, a partir da safra 2015/16, o cenário de crédito mudou com a oferta de crédito mais restrita."

SILVIA FAGNANI, diretora do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), sobre o aumento de 11% no volume renegociado pelo setor com o produtor no final da safra 2016/17, contra 6% na temporada passada, tendo a dívida aumentado de R$ 840 milhões para R$ 1,5 bilhão

"Nosso principal objetivo é oferecer alternativas para o agricultor investir na modernização e na mecanização da produção, para gerar mais produtividade e renda aos empreendimentos familiares."

GUILHERME MENEZES MARTINELLI, diretor do Programa Mais Alimentos, a respeito do fato de 40% dos tratores financiados na safra 2016/17 terem sido feitos pelo Programa

"As avaliações científicas sobre a utilização dos recursos naturais e a exploração racional e sustentável da agricultura e da pecuária demonstravam que muitas normas ambientais federais eram excessivas, incoerentes e irreais."

JOSÉ ZEFERINO PEDROZO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural administração regional de Santa Catarina (SENAR-AR/SC)

"O setor sucroenergético teve duas janelas de oportunidade para se desenvolver: a primeira foi o Proálcool, na década de 1980; e a segunda foi a cogeração de energia (...) O RenovaBio é a terceira janela de oportunidade, e a indústria de base do setor sucroenergético está pronta."

APARECIDO LUIZ, presidente do Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis (CEISE Br)

"As vendas de insumos agropecuários por meio das empresas ligadas à ANDAV devem crescer entre 8% e 10% em relação a 2016, quando foram comercializados R$ 37 bilhões."

HENRIQUE MAZOTINI, presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV)



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

"O Conselho Monetário Nacional (CMN) elevará de R$ 600 milhões para R$ 800 milhões o teto de financiamento por CNPJ das cooperativas para a safra 2017/18. Este limite deverá valer para as próximas três safras."

NERI GELLER, secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA)

"A semente comercializada por alguém que não possui o Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) é considerada ilegal e de alto risco para o produtor, pois pode comprometer toda a sua lavoura."

ANDRÉ PERALTA, diretor do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária (DFIA/SDA), do MAPA, sobre a comercialização de sementes piratas, no XX Congresso Brasileiro de Sementes

QUESTÕES FISCAIS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

SEM SOMBRA de dúvida, a grande questão enfrentada pelo governo Temer reside no campo fiscal. De fato, após a correção de rumo gerada na política monetária por parte do Banco Central, a inflação brasileira começou a ceder, sinalizando um resultado no ano inferior à meta estabelecida de 4,5%. Ao que tudo indica, o cenário favorável no comportamento do ritmo de alta dos preços prevalecerá em 2018, o que permite afirmar que não haverá problemas nessa área até o término do governo.

Do lado da atividade econômica, os sinais crescentemente sinalizam uma acomodação, o que significa que a retração no Produto Interno Bruto (PIB) verificada nos últimos anos não deverá se repetir em 2017. Adicionalmente, esse fenômeno indica que uma possível retomada, ainda que em bases moderadas, esteja no horizonte no ano que vem.

No campo externo, a predominância de um ambiente de elevada liquidez associada ao expressivo volume de reservas internacionais do País sinaliza que o Brasil não terá maiores problemas em financiar eventuais déficits nas contas externas até o final de 2018.

Do lado fiscal, no entanto, a situação permanece crítica, verificando-se não apenas um resultado ruim das contas públicas no curto prazo, agravado por fatores conjunturais, como também a sinalização de longo prazo não se mostra muito favorável ante a ausência e dificuldades em promover mudanças estruturais no setor público.

Nesse sentido, após a aprovação das emendas de desvinculação das receitas da União e do teto dos gastos, o governo movia-se na direção de promover uma reforma previdenciária.

No entanto, as denúncias envolvendo diretamente o presidente da República adiaram essa agenda, prevista ainda para o primeiro semestre deste ano. E esse processo enfraqueceu significativamente o governo do ponto de vista de sua ação junto ao Congresso Nacional. Tal fenômeno resultou em uma maior dificuldade por parte do governo em levar adiante uma agenda de reformas particularmente centrada em um tema espinhoso como a questão previdenciária.

Em função disso, o lado fiscal continua significativamente deteriorado, sem maiores sinais de ajuste no longo prazo até o momento. Esse quadro é agravado pelo péssimo desempenho das contas públicas neste ano. Depois de estabelecer uma meta incorporando um déficit primário na ordem de R$ 139 bilhões, o governo se viu forçado a ampliar em R$ 20 bilhões este resultado negativo, em face das frustrações de receitas ocorridas por conta de uma atividade econômica e da inflação abaixo do projetado inicialmente.

As implicações desse quadro são relativamente preocupantes. Na ausência de um ajuste fiscal mais efetivo, a trajetória da dívida pública brasileira pode se tornar insustentável no médio e no longo prazos. Isso se deve ao fato de que os déficits verificados se traduzirão em aumentos contínuos da dívida, o que levará o governo, caso nada seja feito, a ter dificuldades em se financiar via emissão de títulos no médio prazo.

Logicamente, a maior parte dessa problemática será transferida para o próximo governo, que deverá se iniciar em 2019. Isso significa que a agenda de tal governo deverá ser condicionada de imediato a um ajuste fiscal de fato.

Nesse sentido, deve ficar claro para o próximo governo que o ajuste fiscal deverá caracterizar-se pela via de contenção e de cortes de gastos públicos. Isso se deve ao fato de que a sociedade se mostra cada vez mais intolerante com aumentos na carga tributária.

Esse processo deve ocorrer em um quadro em que as demandas pela maior oferta e pela melhoria dos serviços públicos ofertados à população se mostram cada vez mais presentes. Obviamente, a única saída que conjuga esses dois elementos (corte de gastos e melhoria da oferta e da qualidade dos serviços públicos) reside em um aumento da eficiência do setor público. Sem sombra de dúvida, essa deveria ser a prioridade zero de qualquer candidato à presidência no ano que vem. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

ANUFOOD BRAZIL



A Koelnmesse anunciou oficialmente a realização da **ANUFOOD Brazil - powered by Anuga**, nova feira de negócios que acontecerá entre os dias 12 e 14 de março de 2019, no São Paulo Expo. O evento, inédito no Brasil, é totalmente dedicado ao setor de alimentos e bebidas em geral.

A feira terá como base a tradição e o modelo bem-sucedido da Anuga, a maior feira de alimentos do mundo, realizada em Colônia, na Alemanha, que está em sua 34ª edição e que reúne mais de 7 mil expositores e 160 mil visitantes a cada edição. No Brasil, a ANUFOOD será realizada em parceria com a FGV Projetos, unidade de assessoria técnica da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) e ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, afirmou que a capacidade do agronegócio do Brasil poderá fazer com que o País seja o "campeão mundial de segurança alimentar". "A ANUFOOD Brazil é a grande plataforma para se chegar a isso, pois é preciso que uma feira dessa natureza venha ao Brasil para mostrarmos ao mundo o que o País é capaz de fazer", ressaltou Rodrigues.

A ANUFOOD Brazil terá como expositores produtores, fabricantes, importadores e exportadores de alimentos e bebidas, além de destacar de forma pioneira o agronegócio e seus produtos *in natura* e típicos regionais.

O diretor executivo da FGV Projetos, Cesar Cunha Campos, lembrou que o *roadshow* realizado recentemente pela Koelnmesse em conjunto com a FGV Projetos (uma série de visitas a representantes de entidades do Brasil e da Argentina para apresentar a ANUFOOD Brazil) foi um sucesso, com excelente receptividade demonstrada pelas diversas entidades visitadas.

O evento já possui o apoio formal de associações de peso, como a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias, Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (ABIR), além de empresas privadas.

1ª USINA DE ETANOL DE MILHO NO BRASIL

Com investimentos de R$ 450 milhões, capacidade de produção de 240 milhões de litros por ano e consumo de 600 mil toneladas de milho, acaba de ser inaugurada em Lucas do Rio Verde, no estado do Mato Grosso, a primeira usina de etanol com este cereal. Antes disso, o etanol de milho produzido no País era feito em usinas *flex*, que fabricam tanto etanol de cana, quanto do grão. A possibilidade de estocagem do produto abre espaço no mercado para esse tipo de combustível na entressafra. O plano é aproveitar as melhores áreas sem investimento em adubação e correções do solo. Outra vantagem consiste na produção de DDGS, sigla em inglês para grãos secos por destilação, com alto teor de proteína para serem usados como ração animal.

NOVO PATAMAR DE PRODUTIVIDADE NA SOJA

A produtividade da soja brasileira deixou para trás a marca de 50 sacas por hectare na safra 2016/17. Com isso, chegou próximo do índice médio obtido pelos seus concorrentes principais: Estados Unidos e Argentina. Quando as condições climáticas são favoráveis, a produção responde com incremento forte, em função da tecnologia conquistada pelo agricultor. Como o potencial de ganho de produtividade ainda é alto, mesmo sem grandes avanços na área cultivada, há espaço para forte incremento na produção.

BRASIL: PRODUTIVIDADE DA SOJA

SAFRA	Quilos por hectare
2002/03	46,9
2004/05	37,4
2006/07	47,1
2008/09	37,8
2010/11	51,9
2012/13	48,9
2014/15	48,9
2016/17	56,1

Fonte: Conab

AUMENTO NA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

A Associação Brasileira de Inseminação Artificial (ASBIA) apresenta duas metas: a primeira é elevar de 12% para 16% o uso da inseminação artificial no rebanho bovino durante os próximos anos; e a segunda é reduzir o índice de inseminação de 1,8 doses para 1,2 doses por vaca. Várias empresas de inseminação associadas à entidade oferecem cursos de inseminação artificial de acordo com o "padrão de qualidade ASBIA". A proposta é ampliar o número de cursos credenciados no País, com conteúdos para tecnologias em franco crescimento dentro da área de reprodução, como é o caso da Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF).

BAIXO ESTOQUE DE LARANJA

No chamado cinturão citrícola de São Paulo e do Triângulo Mineiro, as indústrias deverão processar 314 milhões de caixas de laranja (40,8 quilos cada) nesta safra. Como são necessárias 267 caixas de laranja para a produção de 1 tonelada de suco, a moagem deverá render 1,18 milhão de toneladas de suco na safra 2017/18. Este volume vai para 1,21 milhão quando se inclui a produção do Paraná e do Rio Grande do Sul. Considerando que as demandas externa e interna somadas totalizam 1,10 milhão de toneladas, sobrarão 110 mil toneladas, o segundo menor estoque na história da indústria.

BRASIL: ESTOQUE DE SUCO DE LARANJA

ANO	Mil toneladas
2010	249
2011	214
2012	662
2013	766
2014	534
2015	510
2016	352
2017	107

Fonte: CitrusBR

morya.

OS NÚMEROS COMPROVAM:
A PARCERIA DO SICREDI GERA CADA VEZ MAIS CRESCIMENTO NO CAMPO.



SICREDI - A 3ª MAIOR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM CRÉDITO RURAL DO BRASIL.

Pela quinta vez consecutiva, o Sicredi é a 3ª instituição financeira com maior volume de recursos concedidos em crédito rural, segundo o ranking Especial Melhores e Maiores 2016, da revista Exame. Ano após ano, essa parceria vem ganhando força, mostrando o compromisso do Sicredi com o agronegócio e o orgulho de cooperar com o desenvolvimento do Brasil.

GENTE QUE COOPERA CRESCE.

SICREDI

SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.

MAIOR APETITE PELO RISCO

BONANÇA EM MEIO À TEMPESTADE?

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

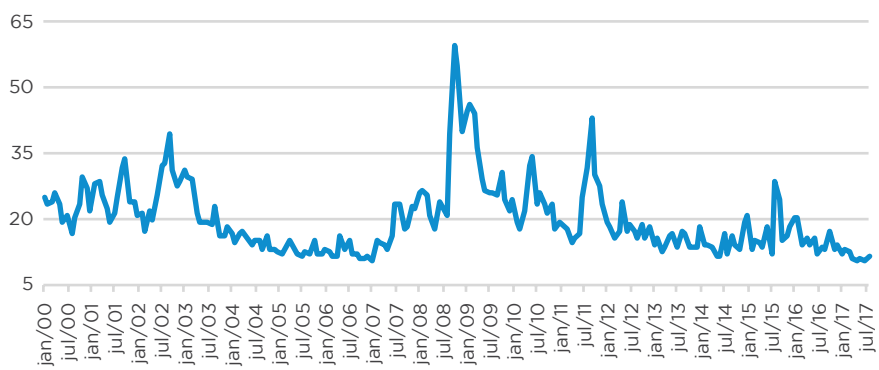
ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@gvmail.br

NÃO É curioso que, apesar de todas as turbulências pelas quais a economia brasileira passa, o risco-país esteja em um patamar tão baixo e que o dólar esteja cada vez mais barato? Além disso, não chama a atenção que, ao mesmo tempo, as cotações das *commodities* (com exceção das agrícolas) têm operado em um patamar bem acima daquele observado, por exemplo, nesses mesmos meses do ano passado? Obviamente, todos esses eventos não estão isolados e, portanto, não são mera coincidência. Por trás desses fenômenos, há a combinação de um excesso de dólar no mercado internacional e de ativos financeiros mais tradicionais (com especial destaque para os títulos públicos de economias avançadas) oferecendo um retorno muito baixo. Sem dúvida alguma, essa conjuntura é favorável à economia brasileira. Todavia, não podemos nos iludir: esse cenário é passageiro, e rapidamente a conjuntura pode se reverter.

POR QUE OS AGENTES NO MERCADO INTERNACIONAL ESTÃO COM UM APETITE POR RISCO TÃO GRANDE?

A percepção de risco com relação à economia mundial entre os investidores internacionais nunca esteve em um patamar tão baixo. Esta é a conclusão

ÍNDICE VIX (“*THE FEAR INDEX*”): DE JANEIRO DE 2000 A AGOSTO DE 2017



Fonte: Chicago Board Options Exchange

TAXAS BÁSICAS DE JUROS REAIS
(% A.A.)

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2016	Julho de 2017
ECONOMIAS AVANÇADAS			
Austrália	0,54	0,20	-0,48
Canadá	-0,63	-0,91	-1,22
Estados Unidos	0,38	-0,53	-1,40
Japão	-0,69	0,01	-1,11
Reino Unido	0,45	-0,14	-2,20
Suécia	-1,05	-1,64	-1,93
Suíça	0,38	-0,30	-1,16
Zona do Euro	0,02	-0,24	-1,69
ECONOMIAS EMERGENTES			
África do Sul	1,68	0,66	0,83
Brasil	5,22	5,01	4,88
China	2,91	2,35	1,95
Índia	1,84	1,38	1,50
Indonésia	1,14	1,22	0,22
México	0,53	2,75	2,28
Rússia	-7,28	2,96	4,54
Turquia	-0,17	0,23	-2,08

Fonte: FMI

ao observarmos o Índice VIX, publicado pela Bolsa de Chicago. Este índice é composto pela volatilidade dos contratos de opções associados ao S&P 500 da Bolsa de Nova York. Em geral, quanto menor é a incerteza com relação à economia mundial, menor é a volatilidade dos contratos de opções associados ao S&P 500 e, consequentemente, menor é o valor do Índice VIX. Dada essa metodologia, chama a atenção este índice estar operando em seu piso histórico.

Não é curioso que o Índice VIX esteja em seu piso histórico se há incerteza com relação à recuperação das economias europeias, à gestão do governo Trump, à situação dos bancos chineses e ao possível (mas ainda improvável) conflito envolvendo a Coreia do Norte? Se a economia mundial já esteve em momentos bem melhores ao longo dos últimos dezessete anos, por que o mercado está com uma percepção de risco tão baixa?

Por trás desse maior apetite pelo risco de mercado, não há exatamente um otimismo com relação à expansão da economia mundial no futuro próximo, mas um conjunto mais limitado de opções de ativos para investimento. Enquanto o crescimento econômico das economias mais desenvolvidas tem, de fato, mostrado um fôlego cada vez maior, a inflação também tem se acelerado e espantado os riscos de um quadro de deflação (o que é uma ótima notícia). Desta forma, algumas taxas de juros dessas economias têm até subido, como nos Estados Unidos. Todavia, como a aceleração da inflação tem sido maior do que a elevação dessas taxas de juros em termos reais, estas têm ficado cada vez mais negativas. Em outras palavras, conforme a economia mundial tem se recuperado, o retorno proporcionado pelos títulos públicos das economias mais desenvolvidas tem ficado cada vez menor.

Essa conjuntura "força" os investidores que quiserem alguma rentabilidade maior (ou, pelo menos, não negativa) a aceitarem riscos maiores. Desta forma, ações, ativos associados às *commodities* e às economias emergentes passam a ficar mais atraentes. Diante disso:

- O risco-país do Brasil, medido pelo Emerging Market Bond Index (EMBI+), do J.P. Morgan,

VARIAÇÃO DAS COTAÇÕES DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* NO MERCADO INTERNACIONAL ENTRE 2016 E 2017
(VARIAÇÃO MÊS/MESMO MÊS NO ANO ANTERIOR)

Mês	Petróleo WTI	Minério de ferro	Cobre	Algodão	Soja	Milho	Açúcar
Jan 17	66,5%	92,0%	28,7%	19,8%	15,9%	-0,6%	44,7%
Fev 17	75,7%	91,0%	29,2%	27,9%	15,7%	2,0%	52,8%
Mar 17	31,3%	56,0%	17,6%	32,6%	7,7%	-0,1%	17,1%
Abr 17	24,7%	15,3%	16,6%	25,6%	-1,0%	-4,8%	8,1%
Mai 17	3,8%	13,2%	19,3%	26,1%	-8,1%	-6,1%	-5,6%
Jun 17	-7,3%	10,6%	23,2%	14,4%	-16,8%	-12,2%	-28,5%
Jul 17	4,4%	18,3%	23,0%	3,7%	-5,6%	-2,6%	-25,6%

Fonte: Banco Mundial

caiu de 328 bps para 269 bps, mesmo nível que tínhamos em janeiro de 2015, quando ainda éramos classificados como grau de investimento.

- A entrada de investimento externo no Brasil ao longo do primeiro semestre foi de US$ 36,3 bilhões, um aumento de 7,2% em comparação ao mesmo período de 2016.

- Dada a maior oferta de dólar no mercado cambial brasileiro, a taxa de câmbio tem operado no intervalo entre R$ 3,10 e R$ 3,20/US$, apesar das turbulências.

- As cotações das *commodities* têm flutuado em patamares bem superiores àqueles observados no mesmo período do ano passado. As *commodities* agrícolas são exceções, devido às boas safras registradas ao longo do primeiro semestre deste ano.

EMBORA FAVORÁVEL, ESSA CONJUNTURA É TEMPORÁRIA

Embora esse contexto de maior apetite pelo risco por parte dos operadores seja favorável à economia brasileira e ao universo agro, não podemos cometer o mesmo erro da década passada e assumirmos como permanente uma conjuntura que, na realidade, é temporária. Aos poucos e conforme a recuperação econômica ganha força, as taxas de juros nas economias centrais devem voltar aos seus patamares históricos. Isso tornaria as *commodities* e os ativos associados às economias emergentes novamente menos atraentes.

Infelizmente, não é possível descartar sequer uma mudança mais abrupta desse cenário, pois ainda há várias fontes de incerteza na economia mundial, desde a gestão do governo Trump e a situação do excesso de endividamento da economia chinesa até problemas com o terrorismo e com a Coreia do Norte. Qualquer evento desses pode aumentar tanto a aversão ao risco dos investidores, quanto a preferência deles por ativos mais seguros, mesmo que oferecendo um retorno tão pífio. De qualquer forma, devemos aproveitar que os ventos estão favoráveis para continuarmos a fazer a nossa lição de casa. Afinal, a bonança é temporária. ■

MILHO NA SAFRA 2017/18

MELHORES RESULTADOS ECONÔMICOS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

ALCIDES TORRES
Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

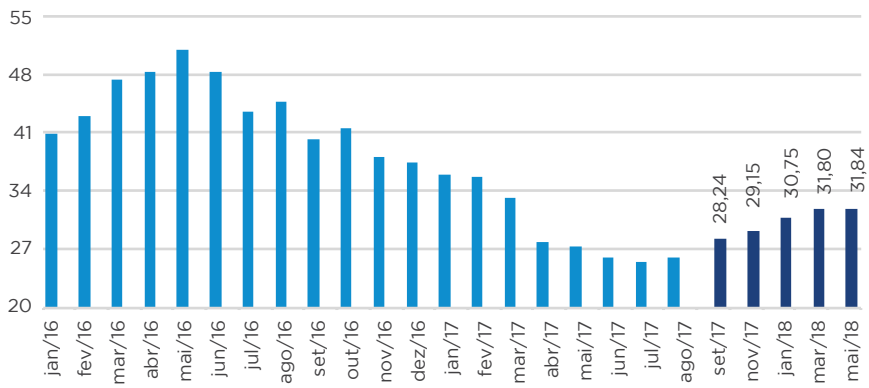
GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

AO CONTRÁRIO do resultado registrado na safra anterior, para 2017/18 estima-se resultado positivo com a produção de milho, no Mato Grosso e no Paraná. A análise aponta para um lucro de R$ 6,02 por hectare e R$ 100,44 por hectare, respectivamente.

Depois de subir no primeiro semestre de 2016, em função da quebra ocorrida na safra 2015/16, o preço do milho entrou em trajetória descendente, até junho de 2017. A partir de julho último, o produto ganhou sustentação com a maior movimentação para exportação. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), os embarques totalizaram 2,32 milhões de toneladas, com uma média diária de 110,62 mil toneladas exportadas.

Esse incremento na quantidade embarcada trouxe melhores perspectivas para o mercado do cereal para os próximos meses. O ritmo das vendas externas, até então, estava fraco, com 3,21 milhões de toneladas no primeiro semestre, 73,9% a menos do que no mesmo período do ano passado.

CAMPINAS-SP: PREÇOS DO MILHO NO MERCADO FÍSICO E NO MERCADO FUTURO
(R$/SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Chicago Board Options Exchange

RONDONÓPOLIS-MT: RESULTADOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE MILHO

ITENS	Unidade	2016/17	2017/18
Custo de produção	R$/ha	2.076,57	1.953,98
Produtividade média*	Sacas/ha	103,90	100,00
Preço de venda	R$/saca	16,61	19,60
Receita	R$/ha	1.725,78	1.960,00
Lucro/prejuízo	**R$/saca**	**-350,79**	**6,02**

Fonte: Scot Consultoria; * IMEA

CAMPO MOURÃO-PR: RESULTADOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE MILHO

ITENS	Unidade	2016/17	2017/18
Custo de produção	R$/ha	2.321,99	2.266,26
Produtividade média*	Sacas/ha	94,62	92,00
Preço de venda	R$/saca	22,53	25,73
Receita	R$/ha	2.131,71	2.366,70
Lucro/prejuízo	**R$/saca**	**-190,28**	**100,44**

Fonte: Scot Consultoria; * IMEA

No mercado futuro, em função desse cenário de maior demanda para exportação, as cotações dos contratos futuros de milho mostraram reação. Na B3 – antiga BM&FBOVESPA –, no dia 17 de agosto, os valores da saca com vencimento em setembro de 2017 chegaram a R$ 28,24 por saca; os de novembro de 2017 a R$ 29,15; e os de janeiro de 2018 a R$ 30,75. Em relação à primeira metade de 2018, isso é uma clara sinalização de alta de preços.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Em Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, o milho 2ª safra apresentou prejuízo médio de R$ 350,79 por hectare em 2016/17, segundo estimativa da Scot Consultoria. Este resultado considera o preço médio de venda do cereal na região no período de colheita da segunda safra (média de junho, julho e agosto de 2017). O investidor que realizou alguma trava de preços conseguiu um resultado melhor. Em 2017/18, o resultado foi de lucro de R$ 6,02.

Para determinar o resultado na safra 2017/18, a definição do preço de venda considerou a variação apontada no mercado futuro para os preços do cereal na região de Campinas, de 22,5% até maio de 2018. Desta forma, em Rondonópolis, onde a referência de preços em meados de agosto era de R$ 16,61 por saca no mercado físico, a saca foi estimada em R$ 19,60 no final do primeiro semestre de 2018.

Em relação aos custos de produção, a expectativa inicial é de queda de 5,9%. Esta baixa decorre, principalmente, do dólar mais barato em relação ao real, frente ao observado no início da temporada 2016/17.

Para o estado do Paraná, a expectativa também é de melhora nos resultados na segunda safra 2017/18. Em Campo Mourão-PR, o lucro estimado é de R$ 100,44 por hectare na safra atual.

É importante considerar os altos estoques de passagem deixados na temporada passada. Este é um fator limitante para as altas de preços no mercado interno, o que deve manter os patamares de preços abaixo dos de 2016, quando houve forte valorização. ■

PECUÁRIA DE LEITE

O AVANÇO DO SUL

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO
Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

SAMUEL JOSÉ DE MAGALHÃES OLIVEIRA
Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

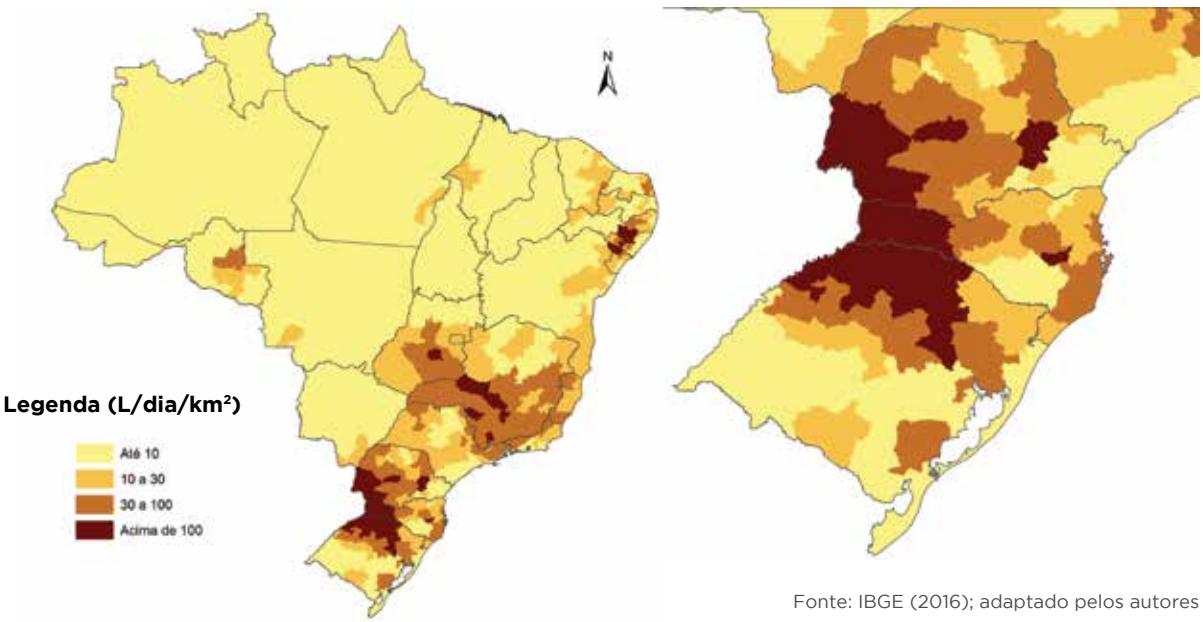
WAGNER BROD BESKOW
Sócio diretor da Transpondo Pesquisa, Treinamento e Consultoria Agropecuária

GRANDES TRANSFORMAÇÕES têm sido observadas na produção de leite no Brasil, com uma dinâmica de crescimento mais acentuada na região Sul. É forte a concentração da produção leiteira no sudoeste do Paraná, no oeste de Santa Catarina e no norte/noroeste do Rio Grande do Sul. Nessa macrobacia, tem-se a maior concentração de produção leiteira do Brasil, com mais de 100 litros diários produzidos por quilômetro quadrado de área (ver mapa). Esta densidade de produção diminui o custo de captação e favorece o desenvolvimento da atividade industrial.

Mas, que outros fatores têm sido determinantes da expansão leiteira na região Sul?

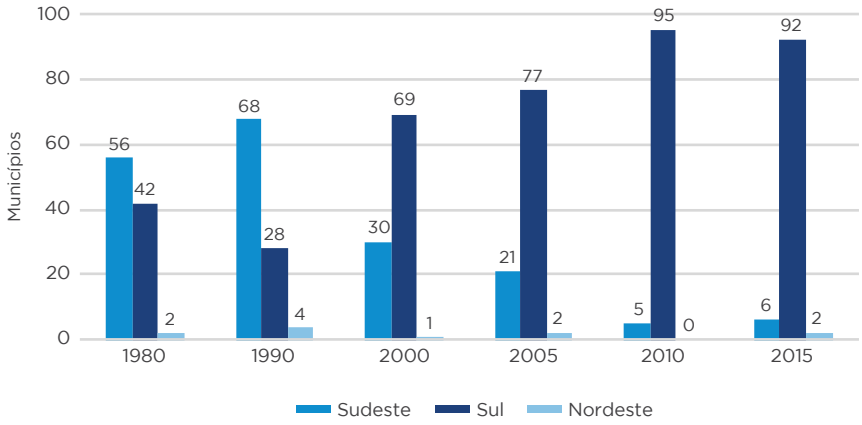
Diversos fatores parecem explicar esses diferenciais da produção leiteira no Sul. Talvez, o mais importante seja a maior propensão de a gestão do negócio ser pautada na rápida adoção de inovações tecnológicas, normalmente compreendidas e recebidas sem barreiras. Isso se deve ao fato de muitos desses produtores serem egressos de atividades altamente demandantes de tecnologia e controle, como suínos, aves, trigo e soja. Esse fato, combinado a

CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E NA REGIÃO SUL EM 2015: RAZÃO ENTRE A PRODUÇÃO DIÁRIA EM LITROS (L) E A ÁREA DA MICRORREGIÃO EM QUILÔMETROS QUADRADOS (km²)



Fonte: IBGE (2016); adaptado pelos autores

LOCALIZAÇÃO DO TOP 100 DE MUNICÍPIOS DE MAIOR PRODUÇÃO DE LEITE POR VACA



Fonte: IBGE (2016); adaptado pelos autores

uma maior escolaridade observada na região, ajuda a explicar o comportamento em questão, crucial para o sucesso e o avanço da atividade.

Outro fator, ainda associado à gestão, é que poucos produtores de leite do Sul residem na cidade. Tipicamente, o casal e seus filhos são a principal mão de obra da propriedade, frequentemente a única. Trata-se de uma produção de origem familiar, com terras melhor distribuídas, presença de comunidades rurais e produtores com capacidade de promover rápidas mudanças produtivas e organizacionais, com agregação de tecnologias e inovações.

A capacidade de organização dos produtores rurais, por meio de sólidas cooperativas, é outra característica marcante do Sul. Isso ajuda a reduzir barreiras enfrentadas por produtores menores para compra de insumos, venda de leite, assistência técnica e gestão do negócio. Em parceria com empresas de insumos e prestadores de serviços diferenciados, as cooperativas têm cumprido importante papel na difusão das inovações tecnológicas.

As condições climáticas, com temperaturas mais amenas do que em outras regiões brasileiras, do outono à primavera, facilitam a adaptação de animais de alta produtividade e o cultivo de forrageiras de espécies temperadas, de alta conversão em leite. Há, ainda, a ausência de uma estação seca, com chuvas oscilando entre 100 mm e 150 mm todos os meses do ano, ainda que com ocasionais estiagens no verão. Esse fator imprime uma característica peculiar à região: uma maior produção leiteira no inverno, em particular no segundo semestre, em função da combinação entre abundantes forragens de alta qualidade e ausência de estresse animal por calor.

Há, também, ilhas de produtividade de leite no Sul brasileiro, com um padrão tecnológico que, a cada dia, se aproxima daquele observado nas principais regiões produtoras do mundo. A microrregião de Ponta Grossa (PR) é um desses exemplos. A produtividade média do rebanho é de 5.991 litros de leite por vaca no ano, atestando elevado nível tecnológico nas fazendas da microrregião. Esta constatação repete-se em outras microrregiões leiteiras do Sul, como Jaguariaíva e Pato Branco (PR), Passo Fundo e Não-Me-Toque (RS) e praticamente todas as microrregiões do oeste catarinense. Todas exibem produtividade similar às da Nova Zelândia, um dos grandes exportadores mundiais de lácteos. Como indicador desse diferencial, dos cem municípios brasileiros de maior produção de leite por vaca, 92 encontram-se no Sul.

Finalmente, um outro fator importante refere-se à forte concorrência do Sul com as importações vindas da Argentina e do Uruguai, o que cria uma pressão adicional por competitividade e inovação tecnológica, impulsionando a produção regional. ■

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

O CAIXA É REI

ANTONIO CARLOS ORTIZ
Conselheiro sênior de Agronegócio do Itaú BBA

GUILHERME BELLOTTI DE MELO
Analista sênior de Agronegócio do Itaú BBA

O CRÉDITO agrícola, quando concedido em função do valor do bem dado em garantia, distanciando-se do seu propósito e da geração de caixa a ele relacionada, merece prudência. A tendência dessa prática é gerar inflação dos preços da terra e incrementar o risco sistêmico no agronegócio. As consequências são negativas para todos os agentes envolvidos.

Normalmente, valores crescentes de terras, que se refletem nos valores atribuídos a garantias hipotecárias, induzem os credores a expandirem a disponibilidade de crédito. O resultado do aumento de disponibilidade de financiamento pode, por sua vez, desencadear aumento no valor concedido das propriedades rurais, e assim sucessivamente. Esse é um ambiente propício para gerar uma bolha especulativa no mercado de terras, que, em descompasso com o fluxo de caixa, termina por estourar, gerando custos para a sociedade.

Crises agrícolas passadas foram ampliadas justamente por uma retroalimentação do binômio entre quantidade de financiamento e inflação do preço da terra. Para evitar essa situação, devemos ater-nos à máxima do mercado financeiro de que o caixa é rei. Em outras palavras, devemos considerar prioritariamente o fluxo de caixa como a fonte de liquidação primária dos financiamentos, deixando a garantia num segundo plano.

Como regra básica, o aporte dos fundos alocados no crédito rural deveria acompanhar a evolução do montante de caixa operacional envolvido na agropecuária. Como resultado, a capacidade de pagamento dos produtores tomadores seria mantida em níveis saudáveis e, por conseguinte, a carteira de crédito do setor apresentaria boa qualidade. Isso minimizaria a chance de haver um descasamento com a geração de caixa operacional do setor.

Diante dessa colocação, a avaliação dos principais determinantes da monta de desembolso em crédito agrícola é sempre bem-vinda. É uma forma de prevenção contra os efeitos de um eventual vínculo direto entre os limites de empréstimo e os valores das terras em garantia.

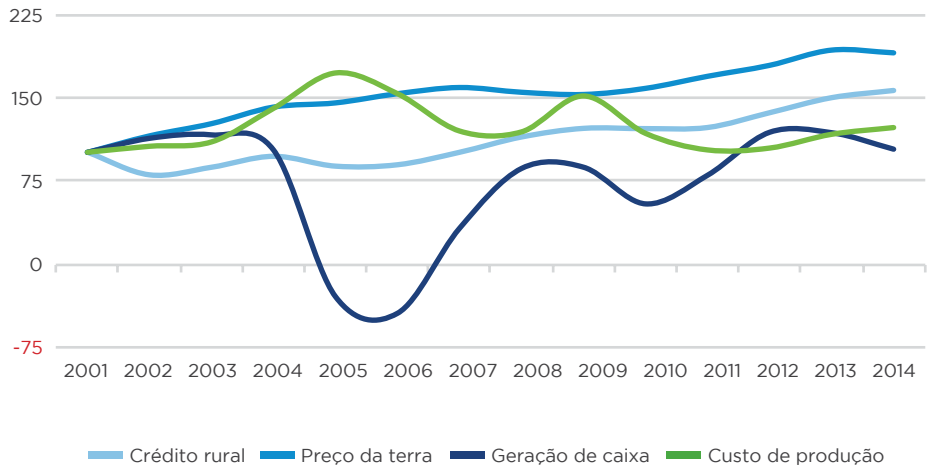
Para tanto, tendo como base o período de 2001 a 2014, buscou-se estabelecer as relações dos volumes de crédito rural agrícola por hectare plantado com o valor das terras, os custos de produção e a geração de caixa agrícola. A soja foi tomada como cultura de referência, tanto em termos de custos de produção, como em termos de geração de caixa, de forma a simplificar a análise.

A análise mostra que a única variável com relação estatística significativa* para o valor do crédito rural concedido foi o preço da terra. Isso revela indícios da prática de empréstimos com base no valor da garantia. A desconsideração da geração de caixa como fonte primária de pagamento do empréstimo é alarmante, pois o montante ofertado de crédito pode produzir inflação no valor da terra.

BOLHAS DE MERCADO

Como regra, os produtores tomadores de crédito rural devem refinanciar-se à medida que amortizam seus financiamentos operacionais por meio

PREÇO DA TERRA, CRÉDITO AGRÍCOLA, GERAÇÃO DE CAIXA E CUSTO DE PRODUÇÃO
(EM HECTARES PLANTADOS COM SOJA)



Fonte: IEA (preço de terra); BACEN (crédito rural agrícola); AGROCONSULT (geração de caixa e custo de produção)

da receita operacional obtida com a atividade agropecuária, em que liquidam juros e amortizam suas parcelas de financiamentos de investimento em capital fixo por meio do caixa operacional gerado da safra.

Os financiamentos deveriam estar perfeitamente relacionados ao seu propósito: os financiamentos de despesas operacionais – OPEX (*operational expenditure*) – deveriam ser função dos custos de produção, e os financiamentos de capital fixo deveriam ser função das despesas com capital fixo – CAPEX (*capital expenditure*).

Como foi registrado, o fato de a variável preço da terra ser fator explicativo de relevância em relação ao volume de financiamento agrícola aplicado é preocupante, pois há indicações de forte relação causal entre volume de crédito concedido e valor da terra. Então, podem surgir daí a geração e o estouro de uma "bolha de mercado".

A alta disponibilidade de crédito, quando influenciada pela inflação do valor da terra, também deixa o agronegócio sensível a choques de fundamentos. Cabe especial cuidado, portanto, com as regiões onde há, ao mesmo tempo, maior disponibilidade de crédito e terra em rápida valorização. Nestes locais, os bancos e os produtores possuem potencial de perdas maiores com o *default* de empréstimos agrícolas. O período de suas recuperações é, geralmente, bem mais longo.

A ordem é sustentar uma situação saudável de irrigação de crédito, sem provocar distorções de mercado. Para tanto, é preciso um comportamento fundamentalista em relação aos vetores de limites de crédito, atendo-se ao caixa, ao montante envolvido no propósito do crédito e à capacidade de pagamento. Os agentes financeiros, os direcionadores de política de crédito agrícola e os produtores tomadores possuem um papel importante nessa questão. O valor da garantia deve servir apenas para uma cobertura, uma situação contingencial, com a corroboração da frase "garantia é garantia". ■

* A avaliação estatística ocorreu por meio dos testes de hipótese aplicados aos coeficientes estimados em um modelo de regressão linear múltipla em que o crédito rural agrícola por hectare plantado é variável dependente do valor da terra, enquanto custo de produção e geração de caixa agrícola são as variáveis independentes

DIGITAL E COOPERATIVO. FAÇA PARTE DE UM MUNDO ASSIM.

Download on the App Store

GET IT ON Google Play

BAIXE O APLICATIVO SICOOB FAÇA PARTE E VENHA PARA UM MUNDO ONDE VOCÊ É ESSENCIAL.

Faça Parte de um mundo onde você participa das decisões e dos resultados. Venha para uma instituição diferente, com taxas menores e onde você movimenta sua conta quando quiser e de onde estiver.



SICOOB
Faça parte.

Central de Atendimento: 4000-1111 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 642 0000 (demais regiões) | Ouvidoria: 0800 725 0996 | Atendimento de segunda a sexta - das 8h às 20h
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento: www.sicoob.com.br/fale-conosco

SHUTTERSTOCK



Produção e exportação brasileiras

Marca de recordes

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

A SAFRA 2016/17 representou um avanço sem precedentes para a produção de soja e milho no Brasil. Com um recorde absoluto, as suas colheitas, pela primeira vez na história, ultrapassaram a marca de 200 milhões de toneladas de grãos. A marca chega a 211 milhões de toneladas, segundo dados do levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgado em agosto último. Deste total, 114 milhões de toneladas foram colhidos na safra de soja e 97 milhões na safra de milho.

Os resultados expressivos do setor produtivo podem ser atribuídos a diversos fatores. O grande destaque vai para a aplicação de tecnologia no campo. São as melhores práticas de manejo do solo, plantio e aplicação de insumos (fertilizantes e defensivos), além do desenvolvimento de novas variedades de sementes com maior resistência a pragas e maior produtividade. Outro ponto fundamental e favorável para a obtenção desses resultados veio das boas condições climáticas ao longo do desenvolvimento das lavouras.

Na safra 2015/16, uma longa estiagem predominou nas áreas dos principais estados produtores do País. Esse cenário, extremamente positivo, possibilitou ao País alcançar índices de produtividade até então nunca vivenciados.

Assim, na safra 2016/17, a produtividade média da soja alcançou 56 sacas por hectare, 17% acima da quantidade verificada na safra 2015/16. Em algumas regiões do estado do Mato Grosso, foram registrados casos de produtividades impressionantes, ao redor de 100 sacas por hectare. Também a cultura de milho obteve resultados expressivos nos índices de produtividade, com média de 93 sacas por hectare, 33% acima do que se verificou na safra do ano passado e 10% acima do índice da safra 2014/15, que apresentava, até então, a melhor quantidade, com 84 sacas por hectare.

Segundo especialistas, o comportamento da safra 2016/17 representou uma quebra de paradigma. Há uma mudança no patamar no que diz respeito à produção de grãos no Brasil. "É um caminho sem retorno", afirma André Pessôa, consultor da AGROCONSULT.

Esse retrato é o resultado de uma dupla combinação entre maior investimento em novas técnicas e a *expertise* adquirida pelos produtores rurais. O controle sobre o momento adequado para iniciar o programa de plantio e aplicar os fertilizantes e defensivos faz a produtividade tomar uma trajetória ascendente.

Mas, sem dúvida, o clima continua como a variável imponderável. Por isso, há a necessidade de o produtor aguçar a sensibilidade no acompanhamento das previsões meteorológicas; buscar e explorar o máximo potencial que o cenário apresenta em cada momento.

Desafios nas exportações

Impulsionada pela maior oferta de grãos decorrente do recorde da safra 2016/17, a exportação de soja neste ano também superará, pela primeira vez na história, a marca de 60 milhões de toneladas embarcadas, com estimativas variando entre 61 milhões e 62 milhões.

Após um 2016 fora da curva, a exportação de milho deverá retomar a trajetória normal de crescimento, com a superação do registro recorde de 30,7 milhões de toneladas, apurado em 2015, sendo estimada entre 32 milhões e 33 milhões de toneladas exportadas.

Para receber todo esse fluxo de grãos rumo ao mercado internacional, demandou-se que os portos brasileiros operem em sua máxima eficiência. O Desempenho tem sido positivo. O Porto



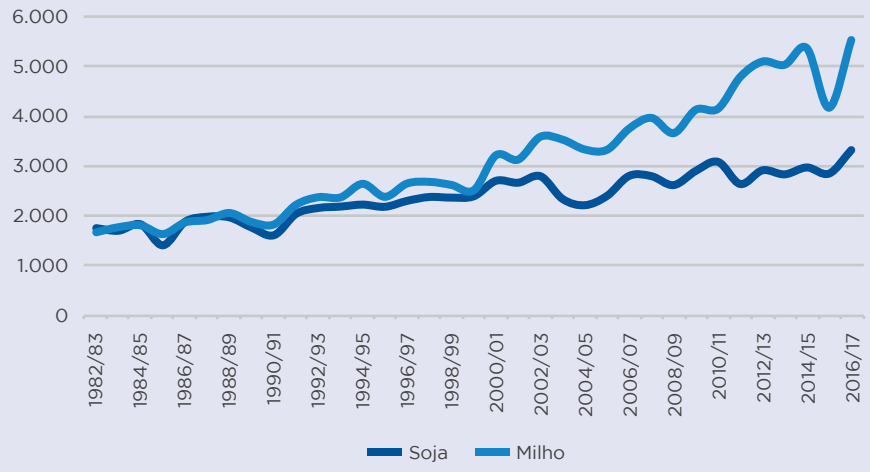
SHUTTERSTOCK

de Santos, principal rota para a exportação de soja e milho no Brasil, apresentou crescimento de 11% nos embarques de grãos entre janeiro e julho deste ano.

Para evitar o estrangulamento do sistema portuário tradicional, localizado nas regiões Sul e Sudeste do País, o plano dos exportadores é buscar, mais do que nunca, novas rotas e novos portos para enviar as suas cargas.

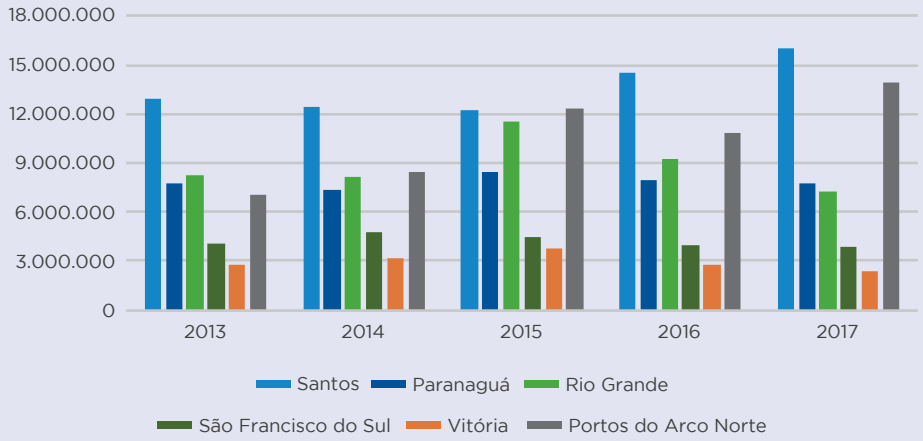
Assim, o fluxo de carretas carregadas de soja e milho com destino aos portos do Arco Norte do País foi intensificado. Com isso, os Portos de Itaqui (no Maranhão), Aratu (na Bahia) e Santarém e Barcarena (ambos no Pará) registraram crescimentos acima da média das últimas safras. Estes quatro portos, somados, foram responsáveis pelo embarque de aproximadamente 12 milhões de toneladas de soja entre janeiro e julho deste ano. Neste segundo semestre, o escoamento de milho deve intensificar.

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE BRASILEIRA DE GRÃOS
(EM KG/HA)



Fonte: Conab

COMPARATIVO DO ESCOAMENTO DE SOJA EM GRÃOS ENTRE PORTOS TRADICIONAIS E PORTOS DO ARCO NORTE
(TONELADAS)



Fonte: MDIC

OS OBSTÁCULOS DA BR-163

Os maiores desafios para o setor exportador explorar as novas rotas via portos do Arco Norte estão na infraestrutura logística para acesso a estas regiões. Estradas em péssima ou sem nenhuma condição de trafegabilidade são situações recorrentes. Falta de asfaltamento, atoleiros e pontes quebradas constituem casos comuns enfrentados pelos motoristas.

O quadro mais emblemático desse contexto é a rodovia BR-163. Esta é uma rota praticamente exclusiva para transporte dos grãos produzidos no norte do estado do Mato Grosso, uma das principais regiões produtoras do País, com destino ao Porto de Miritituba (no Pará), porto de acesso via transbordo em barcaças aos Portos de Santarém e Barcarena.

Aproximadamente 100 quilômetros da rodovia, no trecho final no estado do Pará, ainda carecem de asfaltamento. O momento crítico é durante o período de chuvas intensas, que coincide com o início do escoamento da safra de soja, no início do ano. Os imensos atoleiros formados inviabilizam completamente a continuidade das viagens dos caminhões.

No início da safra 2016/17, filas de caminhões ficaram até trinta dias paradas em função de atolamentos na rodovia. Os exportadores e as transportadoras tiveram grandes prejuízos. O governo federal comprometeu-se a finalizar as obras de asfaltamento da BR-163 antes do início da próxima safra de soja. Vamos aguardar.

Outro problema comum na BR-163 são os bloqueios organizados sistematicamente por manifestantes em reivindicações diversas. No início do ano, as ações partiram de movimento grevista coordenado por representantes do setor de transporte. As demandas eram um reajuste nos preços do transporte e a criação de uma tabela de preços mínimos por parte do Governo. Já no mês de julho, os produtores rurais do estado do Pará fizeram bloqueio contra o veto presidencial à Medida Provisória (MP) nº 756/16, que reestabelecia os limites da Floresta Nacional do Jamanxim.

No início de agosto, foram registrados novos bloqueios na BR-163, no estado do Mato Grosso, dessa vez pelo setor de transporte em virtude do aumento da alíquota de impostos incidentes sobre os combustíveis. Os enormes prejuízos são absorvidos pelos exportadores.

Em todas essas ocasiões, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) posicionou-se de forma contundente junto ao governo federal, com solicitação de providências para a liberação imediata da rodovia. O ônus é pesado sobre as suas empresas filiadas.

Com direitos constitucionais, as manifestações e as greves devem ser respeitadas. Todavia, o direito de livre tráfego, de ir e vir, também garantido pela Constituição, precisa ser acatado durante estas manifestações, o que não ocorreu em todos os casos.

A ANEC, como maior entidade representativa do setor exportador de grãos no Brasil, está atenta às dificuldades logísticas vivenciadas pelas *tradings* no acesso aos portos do Norte. Por isso, cobra e sugere ao governo federal a implantação de medidas que possibilitem o crescimento e a exploração dos portos desta região, em sintonia com o crescimento das exportações brasileiras. ■





SHUTTERSTOCK



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE CACAU

APOSTA NA RETOMADA DO CACAU

A Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) representa 97% do parque processador de cacau no Brasil, gerando mais de 4.200 empregos diretos nas cinco fábricas instaladas na Bahia e em São Paulo. As empresas associadas à AIPC (Barry Callebaut, Cargill, Indeca e Olam/Joanes) instalaram-se no Brasil há mais de quarenta anos, quando havia abundância de cacau e grandes excedentes de exportação.

Hoje, o País é o sexto maior produtor mundial. Na área de confeitos, o Brasil tem o terceiro maior parque confeiteiro do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha, e se esforça para alcançar o segundo lugar nos próximos anos, mas carece do suprimento regular e seguro de matéria-prima para a sua indústria, em meio a uma cadeia de cacau e chocolate que participa do Produto Interno Bruto (PIB) nacional com mais de R$ 20 bilhões.

MOMENTO DA VIRADA



EDUARDO BASTOS
DIRETOR EXECUTIVO DA AIPC

Vivemos tempos interessantes. O Brasil, mesmo em crise, segue como uma potência agrícola e ambiental, com poucos concorrentes à altura nestes dois quesitos. Entretanto, há uma falsa dicotomia entre produzir e preservar. A verdade é uma só: agronegócio é sustentabilidade.

Poucas cadeias de valor respondem tão bem a essa afirmação como a de cacau. Na Amazônia, o plantio desta lavoura em sistemas agroflorestais tem se mostrado um excelente meio de recuperar as áreas degradadas, tornando-as novas com biodiversidade, captura de carbono, geração de emprego e renda. Na Mata Atlântica, a planta convive com a floresta há séculos, de modo a proteger um dos maiores remanescentes deste bioma no País, além de ser esteio econômico no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, com mais 3 milhões de habitantes.

Nessa era de conectividade, o cacau não pode ficar de fora. É auspicioso ver os arranjos formados nas regiões produtoras com suporte em Brasília. Está em formação, por exemplo, uma parceria

entre a World Cocoa Foundation (WCF), uma entidade global, e *stakeholder*s locais (lideranças de produtores, indústria moageira, indústria chocolateira, governos estaduais e federal, formadores de opinião de extensão rural e pesquisa e empresas do terceiro setor com braços de implementação).

O objetivo é conceber um plano de crescimento sustentável para a cadeia de cacau e chocolate no Brasil. Com isso, pretende-se viabilizar, inclusive, o financiamento direto da lavoura, beneficiado pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/2018, bem como o apoio a projetos conjuntos do Fundo Amazônia, títulos verdes e outros.

Neste ano, ainda não teremos safra suficiente para atender a demanda interna do Brasil, mas esperamos crescer, em cinco anos, pelo menos 100 mil toneladas. A meta é alcançarmos a autossuficiência plena da cadeia. Isso representa a injeção de R$ 10 bilhões na economia brasileira, quando se considera a cadeia total. Em dez anos, esperamos que voltemos a ser um dos maiores produtores e exportadores.

É uma soma que fecha. Existem demandas em várias frentes: no chocolate, estima-se crescimento de 2% ao ano; na exportação, o Plano Agro+ busca elevar a participação do Brasil no comércio mundial de alimentos de 7% para 10%; no sequestro de carbono, tem-se as metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris. O cacau pode responder a todos esses anseios.

A hora é agora.

VISÃO CONJUNTURAL

DA REDAÇÃO DA ***AGROANALYSIS***

Devido à crise hídrica nas lavouras do principal estado produtor (a Bahia), 2016 fechou com forte redução na produção de cacau no Brasil. Toda a sua produção de amêndoa, medida pela soma de recebimentos da indústria, sofreu uma forte queda, de 209 mil toneladas para 152 mil, entre 2015 e 2016.

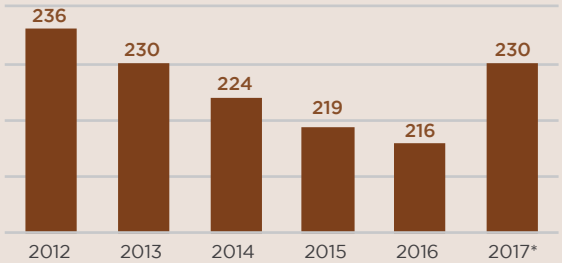
Com esta queda na oferta local, de 57 mil toneladas, para evitar reduzir as suas atividades e demissões, além de comprometer seus contratos de exportação, a indústria processadora teve de aumentar a importação em 57 mil toneladas.

De 2013 a 2016, a indústria mostrou queda na moagem. A redução foi de 8% no período. A capacidade instalada atual é de 275 mil toneladas. Para este ano, a indústria espera receber 170 mil toneladas de amêndoa. Houve uma redução de 5% em relação à previsão inicial, por causa da quebra da safra temporã na Bahia. Das importações, que estão estimadas em 60 mil toneladas, três quartos já foram realizados até julho último.

O cacau proveniente da Costa do Marfim (maior produtor e exportador mundial), embora tenha a sua importação autorizada por dispositivo legal conforme prevê a Instrução Normativa (IN) nº 47/2011, encontra-se há mais de cinco anos com restrições ainda não esclarecidas.

A matéria-prima vinda de fora aos portos brasileiros passa por todo o processo e o manejo conforme exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de acordo com a regulamentação sanitária prevista nas leis vigentes. Nunca ocorreu problema em relação a contaminações por doenças. Embora não seja a situação ideal, sem a importação a indústria teria de reduzir as suas atividades. A medida eleva os custos e gera incertezas e a necessidade de afretamento de navios para somente esse tipo de carga, além do processo burocrático.

BRASIL: MOAGEM DO CACAU
(MIL TONELADAS)



* Previsão
Fonte: AIPC

PRODUÇÃO COM CONSERVAÇÃO AMBIENTAL



MARCELO FURTADO
FACILITADOR DA COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA

Fazem parte da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura mais de 150 empresas, associações empresariais, organizações da sociedade civil e centros de pesquisa. Seus objetivos são propor ações e influenciar políticas públicas para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono competitiva, sustentável e inclusiva. A produção de cacau no Brasil é um bom exemplo do que a Coalizão defende.

Na região amazônica, o cacau é plantado a pleno sol para aproveitar as áreas já abertas e intensificar as atividades econômicas. Isso evita o aumento do desmatamento e restaura as terras degradadas.

Na Mata Atlântica, em associação à preservação do bioma no sul da Bahia, os produtores estão comprometidos com a valorização da produção agroflorestal ligada à conservação ambiental. Plantado à sombra das florestas nativas, por meio do sistema cabruca, o cacau ajuda a biodiversidade e presta outros serviços ecossistêmicos.

Sujeita a riscos, como os impactos ambientais do desmatamento, ou problemas sociais, como o trabalho infantil e escravo, a cadeia nacional de cacau e chocolate concorre com países da África e da Ásia. Daí a sustentabilidade e a responsabilidade social poderem contribuir de forma positiva para a sua competitividade.

O Centro de Inovação do Cacau (CIC), baseado no Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia (PCTSul), em Ilhéus – um dos membros da Coalizão –, tem desempenhado importante papel no apoio a produtores para conciliar os atributos de produção, qualidade e sustentabilidade do cacau brasileiro.

Neste século XXI, enfrentamos o desafio de produzir alimentos com qualidade e baixo carbono, em total integração com a conservação ambiental e o atendimento de critérios sociais. A agricultura possui papel-chave no combate às mudanças climáticas. A cadeia de cacau e chocolate deve ser um grande exemplo dessa solução.

Boas políticas públicas, produtores comprometidos e consumidores conscientes são o único caminho possível para produtores e empresas atenderem as necessidades das futuras gerações sem danificarem o uso da terra. Com demanda crescente, o cacau e o chocolate, na economia de baixo carbono, poderão beneficiar toda a sociedade.

ECONOMIA INCLUSIVA E DE BAIXO CARBONO





FÁTIMA CARDOSO
GERENTE-GERAL DO PROGRAMA SOLIDARIDAD BRASIL

JOYCE BRANDÃO
GERENTE DO PROGRAMA SOLIDARIDAD BRASIL

A interdependência entre o combate à desigualdade e as mudanças climáticas é cada vez mais evidente. Uma nova economia de baixo carbono precisa também ser inclusiva, garantindo os benefícios dos ganhos de produtividade para todos. Um estudo de 2016 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), intitulado "The Productivity-Inclusiveness Nexus", demonstra como a desigualdade social condena indivíduos com menor acesso a oportunidades à baixa produtividade, a empregos precários ou à informalidade. No Brasil, a cadeia de valor de cacau e chocolate possui potencial de contribuir para esse desafio. Seu desenvolvimento pode ajudar a reduzir as emissões de gases do efeito estufa e, ao mesmo tempo, gerar inclusão social. Nos dois

principais estados produtores de cacau, Bahia e Pará, a produção em pequena escala, realizada a partir da agricultura familiar, desempenha papel fundamental no volume colhido e na provisão de serviços ecossistêmicos como a captura de carbono.

O Solidaridad iniciou seu programa de cacau na região transamazônica em 2014, no município de Novo Repartimento-PA, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de maneira integrada com a paisagem. O Solidaridad propõe a valorização das regiões rurais como caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, numa abordagem territorial em que a exploração agrícola se apoia em inteligência e inovação, e não no emprego de técnicas destrutivas à floresta. Para que as inovações realmente se concretizem no campo, há elementos fundamentais que devem funcionar ativamente: uma assistência técnica contínua e uma capacitação integrada que englobem manejo produtivo, gestão financeira, comercialização e adequação ambiental e social. Tais elementos não devem limitar-se a promover uma produção mais eficiente, mas gerar inovações, empreendedorismo e responsabilidade com o desenvolvimento local. Promovendo a capacitação, a formalização da economia e o desenvolvimento local sem desmatamento, a cadeia de cacau será um vetor de inclusão social e de uma economia de baixo carbono na região transamazônica. Demandantes de investimentos públicos e privados para uma expansão produtiva sustentável, os desafios são muitos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CONSERVAÇÃO FLORESTAL



RODRIGO MAURO FREIRE
COORDENADOR DO PROJETO CACAU FLORESTA DA ONG THE NATURE CONSERVANCY (TNC)

Além de ser matéria-prima do delicioso chocolate, tão desejado pela maioria da população mundial, o cacau pode ajudar o Brasil a cumprir o compromisso estabelecido na 21ª Conferência do Clima (COP-21) de redução absoluta de emissões de gases do efeito estufa e restauração florestal.

A iniciativa Cacau Floresta, liderada pela TNC na região sudeste do Pará, nos municípios de São Félix do Xingu e Tucumã, mostra os benefícios da conservação ambiental para o desenvolvimento econômico – uma relação ganha-ganha muito desejável no atual cenário do País. Atualmente, cem famílias, numa área de 400 hectares, plantam e fazem o bom manejo da árvore produtora do fruto de cacau, em conjunto com culturas agrícolas e outras espécies de árvores nativas da Amazônia.

Entre 2013 e 2016, um novo modelo de produção para a cultura de cacau foi desenvolvido em novas áreas via sistemas agroflorestais (SAFs), com a substituição de pastos improdutivos e degradados. A cacauicultura é praticada junto com culturas agrícolas (mandioca, banana e feijão) e florestais (açaí, cajá, andiroba, seringa e jatobá). Isso aumentou em 30% a renda dos agricultores e, ainda, trouxe segurança e qualidade alimentar para as comunidades locais. Para isso, as famílias pactuaram o compromisso de desmatamento zero e restauração florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas propriedades.

Até 2022, a área de cultivo de cacau deve saltar para 5 mil hectares, sendo pelo menos 2 mil hectares em áreas de APPs restauradas. O primeiro número representa apenas 15% do potencial de expansão no sudeste do Pará, quando são consideradas as áreas a serem restauradas e com aptidão a planta. Há muito a ser feito. Dar escala ao projeto aumentará a conservação de florestas e ajudará o desenvolvimento econômico da Amazônia.

NOVA CEPLAC NO PARADIGMA DA ERA DIGITAL



JUVENAL MAYNART
DIRETOR DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (CEPLAC)

A CEPLAC, como fez no passado, dará a régua e o compasso; ou melhor: o *tablet* e o GPS. Nos últimos sessenta anos, as regiões produtoras de cacau sempre consultaram a CEPLAC no que diz respeito às técnicas e às tecnologias para aumentar a produção e a produtividade das roças. De alguns anos para cá, porém, isso ocorre mais por costume dos velhos hábitos do que pela convicção de que o órgão seja o oráculo da cacauicultura.

Ora, a CEPLAC ainda é a referência para a cacauicultura, embora o momento seja de transição. Com efeito, o produtor contemporâneo acessa diversas tecnologias de comunicação, desde as provedoras de redes sociais até complexos sites de acompanhamento do mercado. Logo, chega a ser um paradoxo ainda o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural da American International Association (ATER-AIA), de 1948, tempo em que a rede era utilizada como instrumento de pesca ou de descanso.

A verdade é que a chegada da modernidade ao campo requisita da CEPLAC a capacidade de trabalhar em redes digitais, a partir de conceitos de ciência, inovação e tecnologia. Exige, ainda, uma ciência realmente aplicada, baseada nas demandas da cadeia produtiva – a pesquisa por edital é o caminho –, bem como a realização daquilo que o produtor precisa e demanda a fim de conferir transparência e especificidade aos trabalhos.

A nova CEPLAC terá de se preocupar com novos modelos de negócio, de financiamento. Deverá aprofundar-se no conhecimento da nova economia; conhecer e incentivar mecanismos hodiernos de acesso aos recursos – fundos verdes, títulos verdes (*green bonds*), pagamentos por serviços ambientais etc. A receita é fazer mais e melhor com menos estrutura.

Caberá, também, a essa nova CEPLAC criar novos caminhos, com o fortalecimento de parcerias, especialmente com os diversos atores da cadeia produtiva. Nesse contexto, fazem parte a indústria moageira – com um programa que propõe metas ambiciosas de evolução da produção –, os produtores e, até mesmo, os consumidores organizados. Vencer desafios é especialidade da casa. ■

GOVERNO INCENTIVA PLANTIO

No lançamento do PAP 2017/2018, como parte do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), o Governo reservou R$ 2,13 bilhões em crédito de investimento para a implantação, o melhoramento e a manutenção de suas lavouras em sistemas florestais ou agroflorestais. As plantações de cacau, açaí e oliveira foram incluídas entre as culturas que podem ser beneficiadas com este crédito.





SHUTTERSTOCK

Política agrícola não interessa à agricultura

ANTÔNIO DA LUZ
Economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul/Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Sistema Farsul/SENAR)

RUY AUGUSTO DA SILVEIRA NETO
Economista do Sistema Farsul/SENAR

As políticas verticais *versus* as horizontais

Há um consenso de que o Estado é importante e pode ser determinante para o bom ou o mau desempenho setorial. A divisão de opiniões é quanto ao seu papel, à sua forma de participação e aos seus limites.

Há, basicamente, duas formas nas políticas de intervenção: as horizontais e as verticais. Nas políticas horizontais, não há um beneficiado específico, pois os setores são beneficiados em maior ou menor grau. Na construção de uma estrada, por exemplo, de caráter horizontal, todos se beneficiarão dela.

Já as políticas verticais miram um setor específico, mas chegamos ao cúmulo de fazer políticas verticais voltadas a empresas nos anos mais recentes.

O caso da política agrícola, assim como o da área industrial, é um exemplo específico de políticas verticais voltadas à indução setorial, com medidas para aumentar ou diminuir a produção de produtos específicos. Os agentes econômicos reagem aos incentivos emanados dos instrumentos dessas políticas.

As políticas verticais fazem com que o Estado tenha metas de produção, controle de preços e rentabilidade, dentre outros, a fim de atender os seus macro-objetivos. Assim surgiu a política agrícola brasileira.

Esgotamento da política agrícola brasileira

Para entender o surgimento da política agrícola brasileira, é necessário analisar o contexto: tratava-se da primeira metade do século XX. Tínhamos, de um lado, uma agricultura ainda primitiva, com uma cesta de produtos pequena, de baixa produtividade e ainda concentrada na região Sul do País. De outro lado, havia um processo de industrialização forte, derivado de uma política vertical e industrial, com uma intensa e rápida migração de pessoas do campo para as cidades.

PANO DE FUNDO

O Brasil constituía-se em um país já populoso e importador de alimentos. A garantia do abastecimento era um dos grandes desafios dos governos em tempos de Guerra Fria, crise do petróleo, hiperinflação, substituição de importações, volatilidade cambial, planos econômicos frustrados etc.

Tratava-se de um requisito para a estabilidade social, o crescimento econômico e a transição de uma população rural para urbana, de forma a permitir o processo de industrialização. Sem isso o País seria um caos completo.

A política agrícola no Brasil não surgiu para garantir renda para o produtor. O seu objetivo final era garantir abastecimento. A renda era um meio, e não um fim em si mesmo.

Por questões didáticas, sem compromisso com os registros históricos, a política agrícola brasileira será dividida em duas fases:

FASE 1 (1943-1997): GARANTIA DE ABASTECIMENTO

Com instrumentos altamente impactantes nas decisões dos produtores, o Governo protagonizou uma política agrícola ativa, de intervenção e regulamentação, com as funções de:

- **financiar a produção;**
- **garantir preços mínimos;**
- **armazenar;**
- **abastecer;**
- **distribuir; e**
- **exportar.**

Para garantir a execução destes objetivos traçados, o Governo criou:

» A **Comissão de Financiamento da Produção (CFP), em 1943**:

Em 1945, ocorre a primeira fixação de preços mínimos referentes às culturas de arroz, feijão, milho, amendoim, soja e semente de girassol.

» A **Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), pelo Decreto nº 55.898, de 7 de abril de 1965**, com a ortografia da época, objetivando:

"I - facilitar a disseminação no País de empórios comerciais capazes de suprir gêneros alimentícios em grande escala e a preços acessíveis diretamente à população;

II - propiciar as condições para o desenvolvimento de métodos modernos de comercialização;

III - pelo art. 2º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, 'agir como elemento regular do mercado ou para servir, de forma supletiva em áreas não suficientemente atendidas por emprêsas comerciais privadas em regime competitivo'".

» A **garantia de preços mínimos, pelo Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966**, sobre a formação de estoques de reserva ou venda e exportações diretas.

» **A Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), constituída em 1962, por força da Lei Delegada nº 7, de 26 de setembro de 1962**, para complementar o trabalho da COBAL, com as seguintes atribuições:

"I - participar diretamente da execução dos planos e programas de produção, abastecimento e exportação elaborados pelo Governo Federal, relativos ao armazenamento em geral, principalmente dos produtos agropecuários e da pesca;

II - agir como elemento de apoio à política reguladora do mercado ou para servir, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais privadas em regime competitivo".

Tanto a criação da COBAL quanto a da CIBRAZEM não deixam nenhuma dúvida quanto à preocupação do Governo em garantir abastecimento à população. O Governo juntou estas entidades em uma superentidade, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

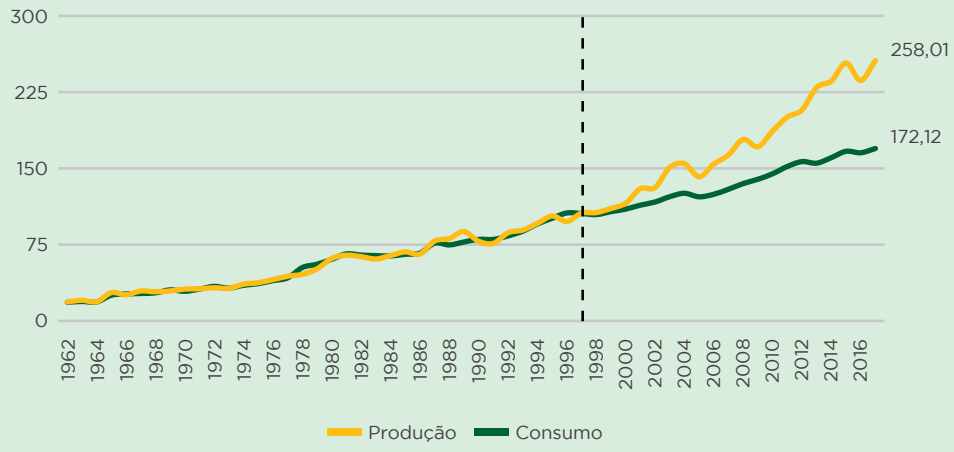
» A **Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990**, com a fusão da CFP, da COBAL e da CIBRAZEM. O próprio nome não deixa dúvidas sobre aonde o governo gostaria de chegar: abastecimento à população. E esta constatação não é feita com objetivo crítico, mas para deixar claros os objetivos finais da política, dada a frequente confusão feita por *policymakers*, parlamentares e, principalmente, lideranças setoriais.

DIVISOR DE ÁGUAS

Durante essa primeira fase, era premente a necessidade de constituir-se um sistema produtivo, com armazenagem e distribuição, para garantir o abastecimento da população.

Esse objetivo foi atingido em 1997, quando o Brasil deixou de ser um importador líquido de alimentos para ser um exportador. De lá para cá, tornou-se um dos maiores vendedores mundiais de alimentos, capaz de abastecer uma população diversas vezes maior do que a brasileira.

PRODUÇÃO E CONSUMO BRASILEIROS DE GRÃOS, CARNES E LEITE (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: USDA

FASE 2 (A PARTIR DE 1997): CRÉDITO RURAL, PGPM E SEGURO RURAL

Embora a política agrícola, as regras, os instrumentos e os objetivos sejam basicamente os mesmos, o mundo e, principalmente, os interesses brasileiros mudaram completamente.

Nesse contexto, cabem as seguintes indagações:

- Ainda necessitamos preocupar-nos com regularidade do abastecimento, uma vez que nos tornamos um país exportador, deixando de ser um importador de alimentos?
- Os instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) são realmente capazes de garantir renda ao produtor?
- A globalização dos mercados permite o funcionamento da PGPM?
- Os preços são os únicos responsáveis pela rentabilidade, ou também temos o lado dos custos? De que adianta aplicar garantias de preços para quaisquer níveis de custos de produção?
- Ter um sistema tributário que acumula tributos nos custos e, ao mesmo tempo, uma política comercial restritiva às importações de insumos não forma um efeito contrário à PGPM?
- Os valores orçados são efetivamente gastos para alcançar esses objetivos?
- Qual é o papel das políticas horizontais – como, por exemplo, infraestrutura – para promover uma logística eficiente e barata, como demandam os novos desafios da agricultura?

Poderíamos encher este artigo apenas com perguntas, mas a maior delas, com exigência de uma resposta imediata é: ainda precisamos de uma política agrícola?

Se a resposta for sim, com certeza não é essa em vigor, uma vez que apresenta um custo enorme e uma eficácia muito baixa, o que a torna pouco eficiente, além de estar pelo menos vinte anos fora do seu tempo.

SHUTTERSTOCK



Política agrícola inadequada

Os parlamentares acreditam contribuir para a PGPM nas rubricas do Programa Agropecuária Sustentável (PAS) na Lei Orçamentária Anual (LOA). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por sua vez, a cada ano, anuncia capacidade de atuação nos mercados, nas cerimônias de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), pelos recursos contidos na LOA. Na sequência, o Ministério da Fazenda estipula preços mínimos muito abaixo da realidade, justamente para os recursos não serem utilizados e destinados para o fechamento do resultado primário.

Quase a totalidade da dotação orçamentária do PAS deveria ser utilizada para a formação de estoques públicos, por meio de operações de Aquisição do Governo Federal (AGF), o principal instrumento para a PGPM. Mas, apenas uma pequena fração destes recursos é de fato utilizada.

Isso mostra, claramente, como esse conjunto de políticas precisa ser rediscutido e os valores empregados, comparados aos seus efeitos em políticas alternativas, como seguro rural, por exemplo.

Também há necessidade de rediscutir o PAS quanto aos recursos empregados na formação e na operação dos estoques públicos. Nos últimos três anos, não apenas o gasto na política agrícola foi menor do que o gasto na estrutura para executá-la, mas também as trajetórias foram diferentes: enquanto o gasto com formação de estoques reduziu, o de operação aumentou 439%.

PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, EXECUÇÃO DAS DESPESAS, SALDO NÃO UTILIZADO (EM MIL R$) E PORCENTAGEM DE UTILIZAÇÃO

ANO	Dotação orçamentária	Execução das despesas	Saldo não utilizado	% de utilização
2014	1.873.035	537.339	1.335.696	29
2015	1.839.093	299.468	1.539.625	16
2016	2.465.583	242.160	2.223.423	10

Fonte: Conab (relatórios sintéticos)

COMPARAÇÃO ENTRE A EXECUÇÃO DA PRINCIPAL RUBRICA E O CUSTO DE ESTRUTURA DE OPERAÇÃO DO PAS (EM MIL R$)

ANO	Formação de estoques públicos (a)	Salários, benefícios e manutenção da Conab (b)	% b/a
2014	522.082	812.358	156%
2015	291.199	904.515	311%
2016	235.375	1.032.264	439%

Fonte: Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SHUTTERSTOCK



Conclusões e propostas

A política agrícola brasileira surgiu em um contexto muito específico, de escassez de produtos, dificuldade de abastecimento da população e contínua pressão migratória.

Entretanto, o Brasil atual é um grande exportador, e abastecimento não é mais um desafio, mas sim uma realidade. Os instrumentos das políticas agrícolas atuais não são capazes de garantir renda para o produtor, função importante para justificar a sua existência.

Os dados comparativos dos valores orçados e efetivamente executados deixam muito claro que as atuais políticas sustentam muito boas intenções, mas passam muito longe de efetivas soluções para as finalidades que propõem resolver: abastecimento da população e garantia de renda para o produtor.

A manutenção desse conjunto de políticas impede o surgimento de outras mais modernas e adequadas aos desafios contemporâneos, já que a falta de recursos limita o nascedouro e o desenvolvimento de outros instrumentos.

O aumento do gasto com atividades-meio comparado ao volume de recursos disponibilizados para as atividades-fim deixa um forte recado quanto à necessidade de mudanças. Claramente, há uma subutilização de capital humano e, principalmente, um desperdício de dinheiro público – este mesmo que é escasso para instrumentos modernos e mais úteis como o seguro rural.

Políticas horizontais como infraestrutura e uma posição macroeconômica estável, com forte combate à inflação, poderiam proporcionar maior viabilidade para a agropecuária e farto crédito a juros baixos sem necessidade de apoio. A melhor política de crédito rural que pode existir é inflação de país desenvolvido.

Está na hora de rever a utilidade da PGPM e o papel do Estado no abastecimento. ■

BRASIL
BOLSA
BALCÃO

B3. INTEGRAMOS PARA POTENCIALIZAR.

Empresa de infraestrutura de mercado de classe mundial,
a B3 nasce para integrar o mercado e potencializar negócios.
B3. Somos Brasil. Somos Bolsa. Somos Balcão.

B3: o resultado da combinação entre a BM&FBOVESPA e a CETIP.
Saiba mais em **B3.COM.BR**



Fonte alternativa para o agronegócio

Em dois anos, o estoque de CRA depositado na B3 aumentou mais de seis vezes e pode crescer ainda mais

FABIO ZENARO
Superintendente de Produtos da B3

HEITOR GOMES
Gerente de Produtos da B3

É INEGÁVEL a relevância do agronegócio para a economia brasileira e, portanto, da discussão das fontes de financiamento do setor. Uma das formas de obtenção de recursos que se tem abordado muito nos últimos anos é o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Este título de renda fixa é emitido exclusivamente por companhias securitizadoras de créditos, empresas especializadas responsáveis por transformar direitos creditórios — recebíveis, neste caso, necessariamente vinculados à cadeia do agronegócio – em CRAs negociáveis no mercado de capitais.

Os direitos creditórios desse instrumento podem originar basicamente dois tipos de CRA. Em um, determinada empresa do agronegócio emite uma dívida visando securitizá-la e figura como devedora do título. Trata-se de uma emissão de lastro concentrado. No outro, uma empresa do agronegócio que possui recebíveis – de produtores, cooperativas, entre outros – realiza a cessão dos créditos para a securitizadora lastrear a emissão. Esta modalidade é a de lastro diversificado.

O modelo que contribuiu para o crescimento do CRA é o concentrado (ou corporativo). Essas operações foram muito procuradas por investidores pessoas físicas e amplamente divulgadas por corretoras e distribuidoras de renda fixa e, também, pela imprensa.

Para o investidor pessoa física, a reputação dos emissores e a isenção de imposto de renda foram os motivadores do movimento. Esses investidores enxergaram oportunidades em termos de risco e retorno, algo definido justamente no lastro da operação – ou seja, a capacidade de a empresa fazer frente às suas obrigações financeiras junto a credores – e, portanto, por meio da capacidade de essas empresas honrarem suas dívidas.

ESTOQUE DE CRA

ANO	R$ bilhões
Junho de 2015	4
Junho de 2017	24

Fonte: B3

OPORTUNIDADE PARA NOVAS EMISSÕES

Com a experiência adquirida com o uso dos CRAs corporativos e a visibilidade que eles propiciaram para diferentes *players* do agronegócio e investidores, esse instrumento pode entrar em uma nova etapa: abre-se espaço para a ampliação dos papéis com lastros diversificados ou pulverizados. Este tipo de securitização é complexo, demanda do aplicador mais conhecimento de mercado e tende a atrair uma base diferente de investidores.

Tendo em vista a restrição de recursos do sistema de crédito rural que tradicionalmente financiou o agronegócio, o CRA apresenta-se como uma relevante alternativa. Sabemos que, para esse instrumento contar com mais emissões pulverizadas, é importante que os *players* envolvidos nas captações – produtores, cooperativas, securitizadoras, escritórios de advocacia e investidores – avaliem as oportunidades para ampliarem e facilitarem, com segurança, o mercado de CRA. ■

Soluções em

gestão para cooperativas



Desenvolver as cooperativas paulistas é a nossa missão. Oferecemos ferramentas de acompanhamento da gestão, consultoria especializada em cooperativismo e soluções sob medida que fazem a diferença na vida dos produtores rurais cooperados. Saiba o que o Sescoop/SP pode oferecer para sua cooperativa: **(11) 3146-6200 ou atendimento@sescoopsp.coop.br**

SESCOOP/SP

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo

DESENVOLVENDO AS COOPERATIVAS PAULISTAS

PACOTE TECNOLÓGICO

CHAVE DE SUCESSO PARA O AGRONEGÓCIO

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

SEGUNDO A Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é um dos poucos países, dentre os grandes produtores agrícolas mundiais, cuja competitividade é capaz de, nas próximas décadas, superar o desafio de prover a demanda global de alimentos sem prejuízo aos recursos naturais do Planeta.

Para os próximos anos, o desafio é produzir ainda mais, com inovação, tecnologia e sustentabilidade, para alimentar um planeta com quase 9,8 bilhões de habitantes no ano de 2050, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O desafio de produzir alimentos em uma escala jamais vivenciada em outro momento da história humana se tornou a grande meta da agricultura moderna. Somente com muita pesquisa e tecnologia será possível aumentar a produtividade de maneira segura, preservando a saúde das pessoas e o meio ambiente com mais qualidade.

O agronegócio faz parte da cadeia de inovação sustentável, que vem, nos últimos anos, transformando os resultados da produção agrícola brasileira, fazendo com que nos tornemos um dos principais exportadores mundiais. É uma honra para um país como o Brasil enxergar toda essa inovação materializada no prato de bilhões de pessoas no País e no mundo – todos os dias.

Os defensivos agrícolas são parte imprescindível de um pacote tecnológico que auxilia a agricultura brasileira – graças à tecnologia aplicada nas lavouras, conseguimos ampliar a produção de alimentos sem expandir a área plantada.

Não há problema em defender ou optar por modelos agrícolas diferentes. Ao contrário: há espaço para todos, e a diversidade nas formas de manejo das culturas é muito importante. O grande problema é a ideologia que prega um cenário trágico e coloca em xeque um modelo produtivo baseado na ciência e na sustentabilidade responsável por fazer do Brasil o campeão mundial de preservação e, ao mesmo tempo, de produtividade. Não há outro país que faça algo parecido.

Mais do que uma cadeia produtiva, o agronegócio constitui-se em uma atividade vital para a humanidade. No entanto, tão importante quanto produzir alimentos, fibras e energias renováveis é fazê-lo de forma sustentável, preservando o meio ambiente e os recursos naturais, promovendo a qualidade de vida e gerando renda. Assim, atende-se o tripé da sustentabilidade: aspectos ambientais, econômicos e sociais. E o Brasil tem mostrado ao mundo que produzir e preservar não só é possível, como é a chave para o agronegócio de sucesso. ■

DIÁRIO DE BORDO

ANUGA EM CASA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A CADA dois anos, é realizada, em Colônia, na Alemanha, a maior feira mundial de alimentos, chamada Anuga. Organizada pela empresa de eventos Koelnmesse, é uma gigantesca área em que centenas de expositores realizam negócios muito grandes, chegando, em alguns casos, a comercializarem – com compradores também de todos os cantos do Planeta – mais da metade de sua produção anual, em contratos de médio e longo prazos.

Há alguns anos, o Brasil participa da Anuga por meio de empresas produtoras de alimentos filiadas à Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), à Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), à Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a outras entidades de representação de classe que frequentam os mercados internacionais. Nesse contexto, a novidade é que a Fundação Getulio Vargas (FGV), por meio da FGV Projetos, acaba de assinar acordo com a Koelnmesse para trazer a feira ao Brasil, uma gigantesca plataforma de exportações do setor, com uma característica: será a única feira em que os setores produtores de alimentos participarão todos em conjunto, inclusive recebendo expositores dos demais países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).



Já temos até data e local para isso: será de 12 a 14 de março de 2019, no grande espaço do São Paulo Expo.

Para testar o interesse dos exportadores brasileiros e, também, de produtores que ainda não estão no mercado internacional, a FGV Projetos organizou um *roadshow* no Brasil: a receptividade foi excelente. Foram visitadas as principais lideranças da indústria de alimentos, das entidades de carnes (bovina, de aves e suína), os exportadores de café, de frutas e de sucos, os de açúcar e de massas, os produtores de castanhas e de chocolate, as *tradings* de grãos, os produtores de pescados e de mel, em diversas regiões do País e, também, na Argentina. As cooperativas foram contatadas por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), bem como da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e de outros órgãos de governo. Todos manifestaram vivo interesse na realização da ANUFOOD Brazil (assim se chamará a feira aqui), a ponto de muitos dos potenciais expositores fazerem reserva de espaço, mesmo um ano e pouco antes da feira. Tal interesse e entusiasmo chamaram a atenção dos dirigentes da Koelnmesse, que já realizam evento similar na China, na Índia e na Colômbia. Estão muito impressionados com o potencial brasileiro, mesmo no meio de uma crise econômica, social e política como a que estamos vivendo.

Na feira, além da parte comercial, que é a alma do evento, haverá uma conferência internacional sobre segurança alimentar global, com palestrantes de diferentes organizações multilaterais e de países produtores e consumidores.

Trata-se de uma excelente novidade. Há uma recorrente falácia de que somos ótimos produtores em todas as cadeias do agronegócio, mas que não temos semelhante habilidade no comércio externo: que o Brasil não sabe vender, que é comprado. E isso se justificaria, inclusive, pelo fato de que, durante décadas, o comércio internacional do agro esteve a cargo de órgãos de governo como o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), nem sempre dirigidos por *experts* em exportação.

Pois bem: essa é uma oportunidade histórica de mudar o estado de coisas aqui relatado – se é que ele ainda vige. Vamos mostrar ao mundo o que somos capazes de produzir com uma tecnologia e uma sustentabilidade reconhecidas. E isso será uma vitrine espetacular para aquela que é a nossa vocação natural: o Brasil ser o campeão mundial de segurança alimentar e, por isso mesmo, campeão mundial da paz. ■

PRODUZIR

QUAL DIREITO AGRÁRIO?

FRANCISCO DE GODOY BUENO

Advogado, mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A SRB, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) promoveram, na semana de 11 de agosto último, no Rio de Janeiro, um importante congresso de Direito Agrário, do qual participaram especialistas de todo o território nacional para discutir, sob os aspectos jurídico, teórico e prático, diversos temas de interesse do agro brasileiro.

A ordem jurídica é um dos principais desafios do setor para continuar promovendo ciclos de desenvolvimento econômico e social para as regiões menos favorecidas do Brasil. A cultura bacharelista do nosso sistema, cheia de mitos e ideologias, aliada a uma total desconsideração da realidade do agronegócio, impõe à produção rural insegurança, custos de transação e custos de *compliance* inéditos em outras áreas da economia.

Pensar qual deve ser o Direito Agrário a ser estudado, aprofundado e desenvolvido no Brasil é, portanto, um tema fundamental. Como verificado nas discussões ocorridas no IAB, o prisma de parte importante dos agraristas brasileiros continua vinculado a uma visão superada da disciplina, preocupada com a destinação do território rural e a regulação da propriedade da terra.

De fato, o debate fundiário parece incitar os acadêmicos às paixões mais eloquentes dos seus ideais de justiça. A realidade brasileira, no entanto, depende de uma disciplina agrária menos apaixonada, em que juristas se dediquem à solução de conflitos práticos da atividade agrária. Como nos ensinaram os agraristas italianos, a quem devemos o estabelecimento da disciplina de Direito Agrário, a missão do agrarista é estabelecer como o risco duplo da atividade agrária, sujeita aos riscos normais da empresa mais os riscos naturais (do ciclo agrobiológico), atua sobre as relações jurídicas.

O Direito Agrário deve orientar os problemas dinâmicos da atividade, deixando para a política a definição dos conflitos fundiários, mediante a definição de regras claras que acomodem as pretensões corporativas com base no império democrático da Lei.

O agrarista precisa, portanto, conhecer melhor a atividade, os riscos criados pela necessária intervenção nos ciclos agrobiológicos e como os fatores naturais influenciam a agrariedade. E, despindo-se das visões ideológicas preconcebidas, procurar entender as tecnologias agrícolas como soluções dos problemas naturais que o agricultor deve enfrentar para conduzir, da melhor forma possível, a sua produção, de forma organizada, econômica e profissional.

O melhor equacionamento das questões jurídicas importantes – como a responsabilidade ambiental na atividade agropecuária, a divisão de responsabilidade entre proprietários e cultivadores dos imóveis rurais, as relações contratuais dos sistemas agroindustriais, o reconhecimento da propriedade dos ativos imateriais do estabelecimento agrário, dentre muitas outras questões essenciais ao melhor desenvolvimento do agro brasileiro – depende de uma postura ativa.

É preciso que os agraristas abandonem as preocupações zetéticas que incitam o ativismo judicial a resolver juridicamente os problemas que a Lei não poderá jamais resolver. O agrarista deve buscar, com as botas no barro, compreender o fato técnico que o Direito Agrário deve regular e, a partir dele, definir as soluções jurídicas para os problemas reais da agropecuária. ■



OPINIÃO

CÓDIGO FLORESTAL JÁ!

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O BRASIL tem um dos códigos florestais mais avançados do mundo e é capaz de torná-lo o melhor exemplo de como conciliar agropecuária e preservação ambiental. Apesar de promulgado há cinco anos e discutido por mais de vinte anos no Congresso Nacional e na sociedade, o Código Florestal brasileiro ainda é objeto de disputas judiciais, o que impede sua plena vigência.

A demora em sua convalidação pela Justiça causa prejuízos unicamente ao próprio meio ambiente que o Código procura preservar. Resultado de um processo técnico e democrático equilibrado e conciliador, tem o mérito de demonstrar que é falsa a visão da existência de antagonismo entre produção agropecuária e preservação ambiental.

Lamentavelmente, o Ministério Público Federal (MPF) moveu três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra o Código, até hoje não julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A judicialização da preservação do meio ambiente é ruim para todos. É o Estado processando o Estado às custas do contribuinte, resultando em insegurança jurídica e retardando ações de recuperação.



Em São Paulo, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) é objeto de uma ADI promovida pelo MP Estadual. O Tribunal de Justiça deferiu liminar, e, assim, estamos impedidos de iniciar o PRA programado. O MP, no desejo por uma lei ainda mais rígida, diferentemente do aprovado pela Assembleia Legislativa e do sancionado pelo Executivo, impossibilita a recuperação ou a preservação de milhares de hectares de vegetação nativa. A demora, ao invés de defender os interesses difusos, compromete o meio ambiente.

O Brasil é um campeão em preservação ambiental, e os produtores rurais não são vilões – muito pelo contrário. Com fatos e números, a realidade se impõe.

Vejamos: no interior das propriedades, a vegetação nativa preservada chega a 20,5%, de acordo com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O País tem 75% de áreas recobertos por vegetações nativas, dos quais 9% são de áreas nativas de pastagens dos biomas Pampa, Pantanal, Caatinga e Cerrado. Além disso, toda a produção de grãos, fibras e agroenergia ocupa apenas 9% do território. Não há paralelo no mundo! Somos a maior potência ambiental do Planeta.

Como a área ocupada pela produção é pequena, seria impossível atender os que querem reduzi-la ainda mais. A produção, com novas cultivares resistentes ao estresse hídrico, Protocolo Agroambiental – que reduziu em 35% a utilização de água –, agricultura de precisão e outras evoluções científicas e tecnológicas, vem batendo recordes sem avançar significativamente sobre áreas florestais. Plantio direto, novas regras de manejo do solo e integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) são os destaques da agricultura mais sustentável do Planeta, a nossa!

Trata-se de um comportamento único no mundo. A agropecuária dos países desenvolvidos avançou sobre quase a totalidade de seus remanescentes vegetais em áreas agricultáveis. Aqui, preserva-se bem mais da metade do território útil, feito tão real e, ao mesmo tempo, tão inacreditável que muitos preferem negá-lo.

O novo Código Florestal é moderno, inteligente, extremamente rigoroso e com soluções muito equilibradas. Devemos lutar para a sua implementação plena e total, de forma urgente. ■

REFLEXÃO

MUDAR!

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Não são as espécies mais fortes que sobrevivem, nem as mais inteligentes, e sim as mais sensíveis a mudanças.

Charles Darwin

NOS DIÁRIOS da presidência de Fernando Henrique Cardoso, há um parágrafo de desabafo em que ele diz que o Brasil é um "país ancorado no passado, de costas para o mundo, com uma elite resistente às mudanças para não perder os privilégios". Estas anotações, de muitos anos atrás, ainda não haviam recebido a análise de um psicanalista como Flávio Gikovate, que, com outras palavras, acrescentou que o cansaço, porém, acelera a busca pelas mudanças por não mais se suportar o *status quo*.

Qual é o ambiente que está vivendo um empresário brasileiro do agronegócio nos últimos doze anos?

Em primeiro lugar, os devaneios de intelectuais de esquerda misturados aos interesses dos sindicalistas de resultados geraram um ambiente inicial que parecia favorável, mas que, ao encaminhar dos governos Lula e Dilma, acabaram resultando no maior desastre econômico e político da história brasileira. Nossos netos irão, com mais clareza, estudar esse período extremamente negativo da nossa história.

Esse pano de fundo ainda seria manchado com a abertura da caixa de Pandora da corrupção no Brasil, em intensa e promíscua relação público-privada, que gera indignação e profunda decepção no povo brasileiro.

Como consequência, o rápido crescimento das desconfianças inibiu os investimentos, o que segurou a recuperação econômica, que, por sua vez, foi pressionada pelo ambiente político hostil.

O impedimento de Dilma oxigenou, inegavelmente, o corpo do País, estancando sangrias. Uma equipe econômica de excelente nível, mesmo em ambiente político insalubre, vem produzindo resultados que estão sumarizados nos melhores índices macroeconômicos do País. Mas, vale lembrar, trata-se de transição!

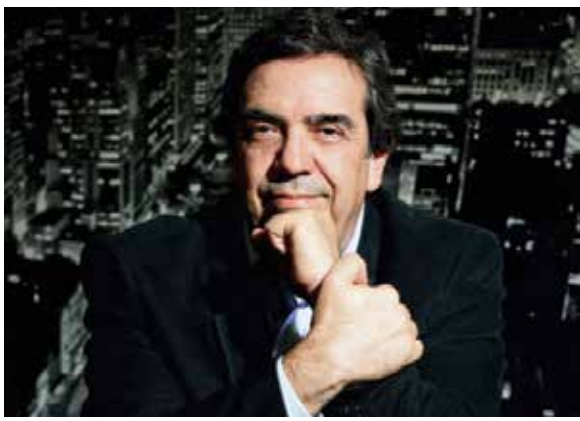
E transição a que?

Estamos no começo do segundo semestre de 2017, em que serão, de fato, iniciadas as campanhas às eleições de outubro de 2018. O que se nota é um comportamento típico de resiliência dos partidos políticos arrebentados com a operação Lava-Jato, ao mesmo tempo que se vive o pêndulo do "Fica, Temer/Fora, Temer". Outros partidos mortos, mas ainda não sepultados, lançam antecipadamente (para não se dizer desesperadamente) seus candidatos, também insepultos, fantasmas vivos que se defendem da prisão.

Na sábia redação de Fernão L. Mesquita, no artigo publicado no Estadão em 7 de julho último, tem-se que "nos enredos de nossas novelas políticas não existem problemas brasileiros, só existem problemas de brasileiros".

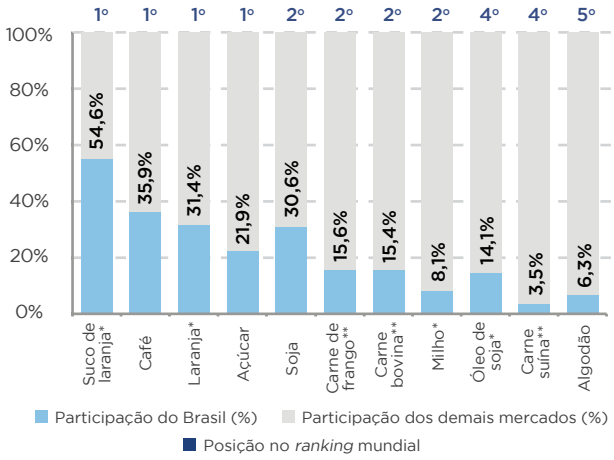
Independentemente dos interesses partidários, mudar é absolutamente essencial; é o sopro de uma nova vida para nos alimentar para as eleições de 2018. É preciso participar, e o agro não pode voltar suas costas ao Brasil.

O empresário do agro e o pequeno agropecuarista vivem e convivem com os riscos de tudo! Faça chuva ou faça sol, esteja ventando ou não, estão investindo todas as suas forças no trabalho, na terra, plantando seus recursos, suas vidas, nos solos da sua pátria. São fortes e se ajustam à medida que se dão as mudanças e as novidades tecnológicas. Por isso estão aí! Por isso são imprescindíveis! ■



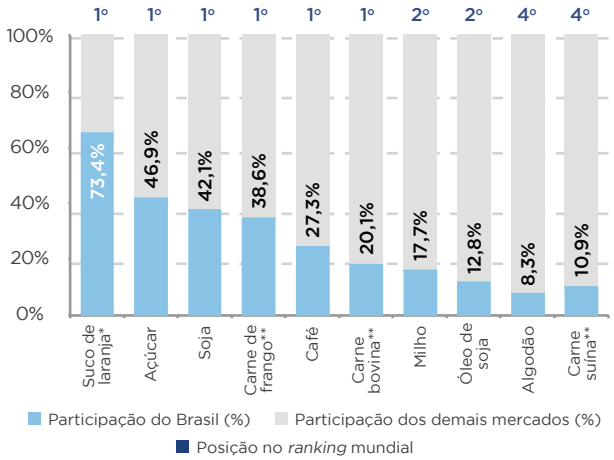
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



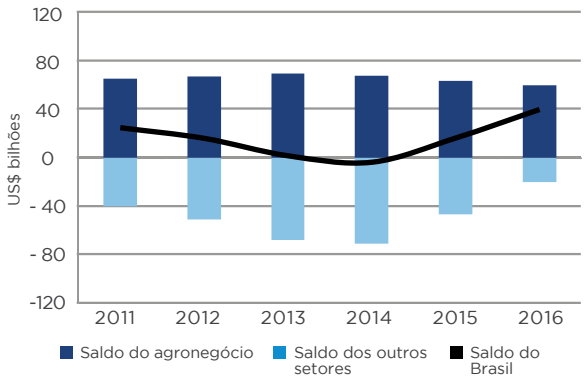
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



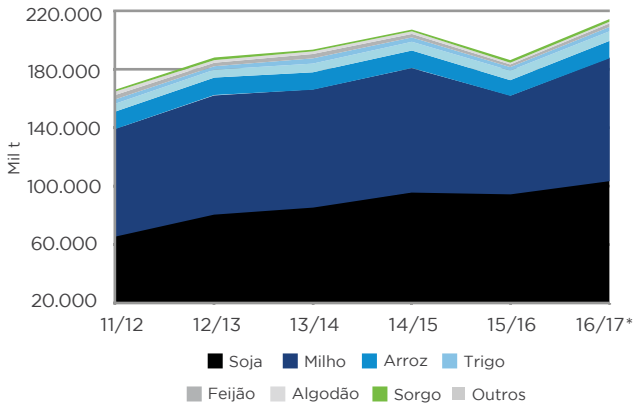
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



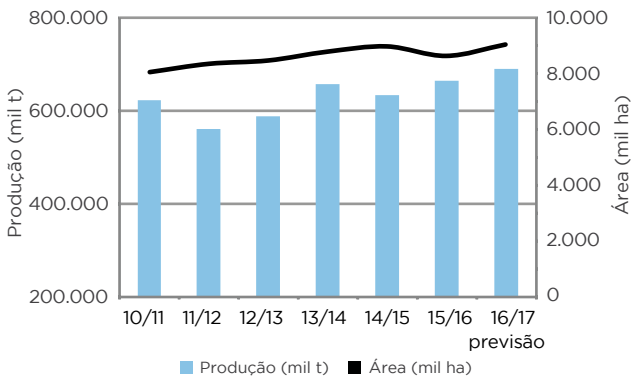
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



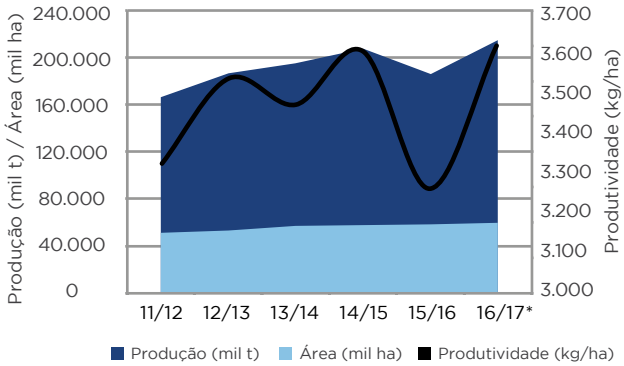
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab